

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

IRENILSON SALVATERRA

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA REGIÃO DE PLANEJAMENTO
SUDOESTE DE MATO GROSSO: REFLEXÕES A PARTIR DA EFETIVAÇÃO DO
DIREITO A MORADIA**

CÁCERES – MT

2018

IRENILSON SALVATERRA

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA REGIÃO DE PLANEJAMENTO
SUDOESTE DE MATO GROSSO: REFLEXÕES A PARTIR DA EFETIVAÇÃO DO
DIREITO A MORADIA**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Geografia para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Evaldo Ferreira

CÁCERES – MT

2018

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA REGIÃO DE PLANEJAMENTO
SUDOESTE DE MATO GROSSO: REFLEXÕES A PARTIR DA EFETIVAÇÃO DO
DIREITO A MORADIA**

IRENILSON SALVATERRA

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Geografia para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof^o. Dr. Evaldo Ferreira

Aprovado em _____ de abril de 2018.

Comissão Examinadora:

Prof^o. Dr. Evaldo Ferreira – (UNEMAT)
Orientador

Prof^o. Dr. Edevaldo Aparecido Souza – (UFMG)
Membro externo

Prof^a. Dr^a. Tânia Paula da Silva – (UNEMAT)
Membro interno

Prof^a. Dr^a. Judite Carmo de Souza – (UNEMAT)
Membro Externo

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

S182o SALVATERRA, Irenilson .
O Programa Minha Casa Minha Vida na Região de Planejamento Sudoeste de Mato Grosso: Reflexões a Partir da Efetivação do Direito a Moradia / Irenilson Salvaterra - Cáceres, 2018.

103 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2018.

Orientador: Evaldo Ferreira

1. Programa Minha Casa Minha Vida. 2. Conjuntos Habitacionais. 3. Dinâmica Espacial Urbana. I. Irenilson Salvaterra. II. O Programa Minha Casa Minha Vida na Região de Planejamento Sudoeste de Mato Grosso: Reflexões a Partir da Efetivação do Direito a Moradia: .

CDU 911.375(817.2)

DEDICATÓRIA

Dedico à minha família, em especial a minha esposa Lenilda e filha Laíza Emanuele, aos meus pais, Fernando e Domingas, e aos meus Irmãos, Irineu, Irlene, Ivania, Ivanilso, Agnaldo e Ildo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida nos proporcionada.

A minha família, esposa Lenida e Filha Laíza Emanuele, por ter apoiado em todos os momentos. Mesmo tendo diversas adversidades no caminho percorrido.

À todos os professores que ao longo desses anos nos transmitiram muitos conhecimentos e em especial ao Professor Doutor Evaldo Ferreira, que orientou na realização desse trabalho.

Aos meus pais Fernando Salvaterra e Joana Maciel que nos trouxe a esse mundo, nos educou para a vida, amo muito.

Aos meus irmãos Irineu, Irlene, Ivania, Ivanilso, Aginaldo e Ildon, que sempre nos apoiaram para o sucesso.

Ao Programa de Pós Graduação em Geografia-UNEMAT, através da coordenação.

A Fundo de Apoio à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), na qual nos auxiliou com bolsa.

Aos colegas do Curso de pós graduação em Geografia, que sempre estiveram à disposição para nos ajudar.

E finalmente a todos aqueles que colaboraram para a realização desta dissertação.

RESUMO

No presente trabalho faz-se uma análise dos problemas relacionados ao déficit habitacional no Brasil, com a segregação socioespacial das cidades contemporâneas e uma breve revisão das políticas habitacionais no âmbito nacional, estadual e municipal. O objetivo é analisar o caso dos conjuntos habitacionais implantados nos municípios de Porto Esperidião, Lambari D'Oeste e Curvelândia, localizados na região de Planejamento Sudoeste de Mato Grosso, por meio do programa "Minha Casa, Minha Vida", do Governo Federal, comparando as diferenças políticas habitacionais exercidas nos municípios em análises. Especificamente buscou-se evidenciar o número e tipo de conjuntos habitacionais implantados; analisar os aspectos de localização, acessibilidade, serviços e comércio no espaço habitacional; compreender se há interação dos moradores dos conjuntos habitacionais com o próprio conjunto, com o entorno e a cidade e investigar se a população de cada conjunto habitacional se sente parte da cidade. Para tanto realizou-se pesquisa bibliográfica em livros, revistas e internet para a fundamentação teórica da análise. A pesquisa de campo foi uma opção para que se formule o entendimento mais profundo do processo de urbanização e a problemática da habitação popular e suas consequências; e, posteriormente, a partir da revisão teórica, relacionou a implantação dos conjuntos no âmbito dos programas habitacionais. Concluímos que é necessário a exigência de um cuidado maior na organização dos projetos, visando um melhor desempenho das políticas públicas de habitação na escala nacional, estadual e municipal, no ato da implantação dos conjuntos habitacionais, em relação a sua localização, infraestrutura, equipamentos e acessibilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Minha Casa Minha Vida. Conjuntos Habitacionais. Dinâmica espacial urbana.

Abstract

In the present work we analyze the problems related to the housing deficit in Brazil, with the socio-spatial segregation of contemporary cities and a brief review of housing policies at the national, state and municipal levels. The objective is to analyze the case of the housing estates located in the municipalities of Porto Esperidião, Lambari D'Oeste and Curvelândia, located in the Southwest Planning Region of Mato Grosso, through the "Minha Casa, Minha Vida" program of the Federal Government, comparing the housing policy differences exercised in the municipalities under analysis. Specifically, it was sought to show the number and type of housing complexes implanted; analyze aspects of location, accessibility, services and commerce in the living space; to understand if there is interaction of the inhabitants of the housing complexes with the own set, with the surroundings and the city and to investigate if the population of each housing set feels part of the city. For this, a bibliographic research was carried out in books, magazines and the internet for the theoretical basis of the analysis. Field research was an option to formulate a deeper understanding of the urbanization process and the problem of popular housing and its consequences; and later, from the theoretical review, related the implementation of the sets within the scope of housing programs. We conclude that it is necessary to require greater care in the organization of projects, aiming at a better performance of public housing policies at the national, state and municipal levels, in the implementation of housing projects, in relation to their location, infrastructure, equipment and accessibility.

KEYWORDS: My Home My Life Program, Housing Set, Urban Spatial Dynamics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Política Nacional de Habitação.....	40
Figura 2 – Localização dos municípios analisado: Porto Esperidião, Curvelândia e Lambari D'Oeste.....	54
Figura 3 – Localização da Região de Planejamento do Sudoeste de Mato Grosso (Região de Planejamento VII).....	60
Figura 4 – Conjunto Habitacional Xandico de Barros, em Curvelândia.....	74
Figura 5 – Localização do conjunto habitacional Xandico de Barros, em Curvelândia.....	75
Figura 6 – Localização do conjunto habitacional Edelmina Querubim Marchetti e Primavera 2, em Porto Esperidião.....	76
Figura 7 – Rua dos conjuntos habitacionais Edelmina Querubim Marchetti e Primavera 2, em Porto Esperidião.....	76
Figura 8 – Unidade de saúde e creche inacabada nas proximidades do conjunto habitacional Edelmina Querubim Marchetti.....	77
Figura 9 – Academia pública nas proximidades do conjunto habitacional Edelmina Querubim Marchetti em Porto Esperidião.....	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Recursos públicos para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).....	44
Tabela 2	– Subsídios para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)...	45
Tabela 3	– Novas contratações de unidades habitacionais por faixa de renda.....	47
Tabela 4	– Limite de quantidade de Unidades Habitacionais (U.H) por projeto.....	51
Tabela 5	– Condições do financiamento no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida Entidade (PMCMV-E).....	52
Tabela 6	– Quantidade de unidades habitacionais por conjuntos habitacionais e por municípios.....	58
Tabela 7	– Questionários aplicados.....	59
Tabela 8	– Taxa geométrica de crescimento da população total dos Municípios da Região de Planejamento (RP) e Mato Grosso 2015..	61
Tabela 9	– Produto Interno Bruto (PIB) a preço corrente dos municípios da Região de Planejamento (RP) e Mato Grosso 2014.....	63
Tabela 10	– Valor Adicionado Bruto (VAB) dos municípios, Região de Planejamento (RP) e Mato Grosso 2014.....	64
Tabela 11	– Número de empregos formais por municípios, Região de Planejamento (RP) e Mato Grosso (2010 a 2015).....	65
Tabela 12	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e componentes do Município de Porto Esperidião.....	66
Tabela 13	– Produto Interno Bruto (PIB) e setores do município de Porto Esperidião (2000, 2010 e 2015) (Valor em R\$ 1.000).....	67
Tabela 14	– Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) e componentes do município de Curvelândia.....	68
Tabela 15	– Produto Interno Bruto (PIB) do município de Curvelândia (2000, 2010 e 2015) (Valor em R\$ 1.000).....	70

Tabela 16	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e componentes do município de Lambari D'Oeste.....	71
Tabela 17	– Produto Interno Bruto (PIB) do município de Lambari D'Oeste (2000, 2010 e 2015) (Valor em R\$ 1.00).....	72
Tabela 18	– Satisfação dos entrevistados quanto aos serviços públicos nos conjuntos habitacionais em análise.....	90

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	– Banco Nacional de Habitação
CPP	– Comissão de Planejamento para a População
FAR	– Fundo de Arrendamento Residencial
FCP	– Fundação Casa Popular
FDS	– Fundo de Desenvolvimento Social
FGHAB	– FGHAB – Fundo Garantidor de Habitação
FGTS	– Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FJP	– Fundação João Pinheiro
FNHIS	– Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	– Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INPC	– Índice Nacional de Preço ao Consumidor
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica
MCIDADES	– Ministério das Cidades
MCMV	– Minha Casa Minha Vida
ONG	– Organização Não Governamental
PAC	– Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	– Produto Interno Bruto
PlanHab	– Plano Nacional de Habitação
PMCMV	– Programa Minha Casa Minha Vida

PMCMV-E	– Programa Minha Casa Minha Vida Entidade
PNAD	– Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNH	– Política Nacional de Habitação
PNHR	– Plano Nacional de Habitação Rural
PNHU	– Plano Nacional de Habitação Urbana
PNUD	– Programa das Nações Unidas
SFH	– Sistema Financeiro de Habitação
SNHIS	– Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SNHM	– Sistema Nacional de Habitação de Mercado
SPBPE	– Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	– Estado Civil dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise.....	80
Gráfico 2	– Faixa de renda dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise.....	81
Gráfico 3	– Ocupação dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise.....	82
Gráfico 4	– Faixa de renda familiar dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise.....	83
Gráfico 5	– Tempo de moradia dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise.....	84
Gráfico 6	– Escolaridade dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise.....	85
Gráfico 7	– Local de trabalho dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise.....	85
Gráfico 8	– Número de pessoas que moram na residência dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise.....	86
Gráfico 9	– Local de moradia anterior ao atual dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise.....	87
Gráfico 10	– Tipo de moradia anterior ao atual dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise.....	88
Gráfico 11	– Satisfação dos entrevistados quanto ao localização dos conjuntos habitacionais em análise.....	88
Gráfico 12	– Satisfação dos entrevistados quanto ao acesso de transporte nos conjuntos habitacionais em análise.....	91
Gráfico 13	– Meio de locomoção dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise.....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Condições por faixa de renda.....	46
Quadro 2 – Fases do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).....	47
Quadro 3 – Modalidade do Programa Minha Casa Minha Vida Entidade (PMCMV-E).....	51
Quadro 4 – Tipos de unidade habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida Entidade (PMCMV-E).....	51

ANEXO A

Anexo	– Questionário aplicado junto aos moradores dos conjuntos habitacionais analisado.....	102
--------------	--	-----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	ESPAÇO GEOGRÁFICO E LUGAR.....	21
2.1	Espaço Geográfico.....	21
2.2	Lugar como categoria geográfica.....	23
3	POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO NO BRASIL.....	31
3.1	Processos históricos e seu desenvolvimento.....	31
3.2	Ministério das Cidades: um novo marco político para a habitação brasileira.....	38
4	PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.....	42
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	54
6	CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO DO SUDOESTE DE MATO GROSSO E DOS MUNICÍPIOS EM ANÁLISE....	60
7	CARACTERÍSTICA E RESULTADOS DA ENTREVISTA JUNTO AOS MORADORES DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS ANALISADOS.....	74
7.1	Característica do conjunto habitacional Xandico de Barros, em Curvelândia.....	74
7.2	Característica do conjunto habitacional Edelmina Querubim Marchetti e Primavera 2, em Porto Esperidião.....	75
7.3	Característica das unidades habitacionais na modalidade pulverizada em Lambari D'Oeste.....	78
7.4	Resultados das entrevistas realizadas junto ao moradores dos conjuntos habitacionais em análise.....	79
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERÊNCIAS.....	95
	ANEXO A.....	102

1 INTRODUÇÃO

O crescimento urbano no Brasil nas últimas décadas e a desigualdade social fizeram surgir o déficit habitacional e, devido essa necessidade, o Governo Federal implantou políticas públicas como o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) com a intenção de minimizar a problemática social, principalmente para população de baixa renda e, conjuntamente, fazer crescer a economia com o aumento na geração de emprego e renda na construção civil. (BRASIL, 2009, p. 11).

Dentre os principais programas implantados pelo Governo Federal, como medida anticíclica no ano de 2009, encontra-se o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), criado pela Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. Conforme destaca Brasil (2009), sua finalidade, era:

Criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e compreende os seguintes subprogramas: Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). (BRASIL, 2012, p. 1).

Neste sentido, a habitação popular através dos Programas do Governo Federal nos centros urbanos, vem a cada dia crescendo e tornando-se atrativa para aquelas pessoas que estão em busca de moradia. Pois a moradia “[...] está dentro de uma rede complexa de relações identificadas com a função social da cidade, que envolve o direito do cidadão à moradia adequada, com equipamentos urbanos de lazer, educação, saúde, coleta seletiva, transporte, etc.” (SILVA, 2017).

Com isso, esta pesquisa teve como objetivo analisar os conjuntos habitacionais implantados por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, nos municípios de Porto Esperidião, Curvelândia e Lambari D’Oeste, localizados na Região de Planejamento Sudoeste de Mato Grosso. A escolha por esses municípios se deu pelo motivo da proximidade e condições socioenômicas apresentadas pelos mesmo. Buscou-se junto as prefeituras municipais, para saber quais municípios tinham recebidos os programas habitacionais do Governo Federal.

Para o desenvolvimento do presente trabalho mais especificamente, foram implementadas estratégias de investigação, como: evidenciar o número e tipo de

conjuntos habitacionais implantados; analisar os aspectos de localização, acessibilidade, serviços, comércio no espaço habitacional; compreender se há interação dos moradores dos conjuntos habitacionais com o próprio conjunto, com o entorno e a cidade e investigar se a população de cada conjunto habitacional se sente parte da cidade.

A pesquisa se justifica, por ocorrer, nas últimas décadas, o crescimento urbano e a desigualdade social fazendo aumentar o déficit habitacional no Brasil, chegando, em 2015, a uma carência de 6.186,503 milhões de domicílios (FJP, 2015, p. 13). Entretanto, os programas sociais de habitação implementados atualmente nos centros urbanos podem ser considerados como ações do Estado na produção do espaço urbano e contribuem para o processo de segregação socioespacial, haja vista, a implantação dos conjuntos habitacionais ocorrerem em áreas distantes da cidade, em muitos casos com ausência de infraestrutura básica.

Assim, este trabalho está estruturado, da seguinte forma: além deste capítulo introdutório, o segundo capítulo faz uma reflexão do espaço geográfico e lugar, como categorias geográficas que melhor esclarecem a leitura das análises realizadas na obtenção dos resultados do trabalho.

O terceiro capítulo analisa a trajetória da Política Pública de Habitação no Brasil, mais especificamente a habitação popular, onde a busca por moradia tem ampliado sua procura no século XX e as políticas públicas criadas na época não eram voltadas para o social, pois os governantes buscavam criar leis no sentido de embelezar as cidades para atrair os estrangeiros em investimento de industrialização. (RUBIN, 2013, p. 31). Neste sentido nas últimas décadas tem-se um aumento considerável da produção com construção de conjuntos habitacionais através de programas populares com incentivo ao crédito, mesmo assim ainda não tem suprido o déficit habitacional.

No quarto capítulo, realizou-se uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida, desde sua implantação em 2009, primeira fase do Programa, onde o foco principal é o atendimento à população de baixa renda, pois é nessa faixa que o déficit habitacional é maior. Apresentou-se o subprograma, Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, onde a construção da unidade habitacional dessa modalidade é realizado no terreno do beneficiários, diferente do programa principal que é em forma

de conjunto habitacional. Buscou-se mostrar as entidades, agentes, empresas privadas entre outros órgãos que participam do processo de construção da obra e recursos para o Programa.

Já no quinto capítulo, com o procedimento metodológico, buscou-se realizar pesquisa documental e de campo, meios que melhor proporcionaram a análise do trabalho.

No sexto capítulo, realizou-se uma análise da Região de Planejamento Sudoeste de Mato Grosso, região onde estão localizados os municípios de Porto Esperidião, Curvelândia e Lambari D'Oeste.

O sétimo capítulo apresenta o resultado do questionário aplicado juntos aos moradores dos conjuntos habitacionais de cada município pesquisado, analisando a questão socioeconômica, moradia, convivência e infraestrutura.

E por fim, estabeleceram-se as considerações finais, através de uma síntese analítica dos capítulos anteriores, apontando os principais resultados e pontuando a conclusão da dissertação.

Neste sentido, esse trabalho pretendeu chegar ao alcance das políticas públicas de habitação com o intuito de demonstrar os benefícios e as problemáticas impostas com a implantação de conjuntos habitacionais

Todos os problemas relacionados fazem parte do projeto na implantação do conjunto habitacional com vista ao consumidor final, no caso a população de baixa renda que, vivendo em situações precárias, merece residir em locais dignos dentro da sociedade.

2 ESPAÇO GEOGRÁFICO E LUGAR

2.1 Espaço Geográfico

Na concepção de Staniski, Kundlatsch e Pirehowski (2014, p. 2) “a Geografia enquanto ciência sempre buscou compreender a real dimensão de seu objeto de estudo.” No entanto, existem diversas correntes do pensamento geográfico, sendo elas: a Humanística, a Dialética Marxista, a Geografia Cultural, entre outros as quais embasam suas teorias filosóficas distintamente uma das outras e no mesmo sentido possuem métodos de análise de compreensão do espaço geográfico. Além disso, consideram que o estudo da problemática epistemológica é tema de discussão para o entendimento da contemporaneidade, pois ainda existe questionamento da importância e cientificidade da Geografia. (STANISKI; KUNDLATSHC e PIREHOWSKI, 2014, p. 2).

Por sua vez a Geografia é muito ampla, não sendo mais uma simples descrição de uma superfície, por exemplo, passando a ser uma ciência social, considerando a ação humana em um determinado espaço. (STANISKI; KUNDLATSHC e PIREHOWSKI, 2014, p. 3).

Para o entendimento dos estudos da ciência geográfica foi necessária a revisão de alguns pressupostos teóricos metodológicos e uma melhor análise concreta da dinâmica espacial, sendo o primeiro dos pressupostos o entendimento do conceito de espaço geográfico, que vem a ser o principal norteador dentro da ciência geográfica, mesmo com seu amplo conteúdo de conceito, englobando o concreto e o abstrato com uma abordagem relacional. (OLIVEIRA, 2013, p. 22).

Carlos (2007a) considera que o espaço é condição para realização das atividades sociais, tendo o espaço geográfico como produto histórico e social:

A possibilidade do entendimento do espaço geográfico enquanto produto histórico e social abre perspectivas para analisar as relações sociais a partir de sua materialização espacial, o que significa dizer que a atividade social teria o espaço como condição de sua realização. (CARLOS, 2007a, p. 41).

Para uma definição consistente de espaço geográfico, Santos (2006, p. 56) afirma que “[...] não pode ser encontrada nas metáforas provindas de outras disciplinas. [...]”, pois cabe à Geografia fazer a elaboração dos seus próprios

conceitos. O conceito de outras disciplinas cabe uma reformulação, para poder operacionalizar na Geografia.

O conceito do termo espaço geográfico, na reflexão de Santos (1988, p. 26), “[...] deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e de outro, a vida que o preenche e o anima, ou seja, a sociedade em movimento. [...]” e em relação aos objetos que pertencem ao espaço, ele considera que “[...] nesse sentido não há significações independentes dos objetos. [...]” (SANTOS, 2006, p. 56)

A esses objetos para a visão dos geógrafos, Santos (2006, p. 45) define que “são tudo o que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que objetivou. [...]”, pois cada objeto individualizado não faz sentido.

O entendimento do conceito do espaço geográfico permite não apenas descrevê-los, mas compreender a interação, das relações naturais e humanas, e a inter-relações entre eles, verificar como a sociedade está interferindo na natureza, e para analisar a sociedade faz-se necessário adentrar na estrutura social (GIOMETTI, p. 33)

Sobre tudo isso ainda requer entendimento do conceito das categorias geográficas, definidos por Suertegaray (2001, não paginado) “[...] categorias operacionais, como os de paisagem, território, lugar e ambiente [...]”, pois esses possibilitam diferentes leituras para o conceito de espaço geográfico, fazendo a inter-relação da natureza e o homem.

Com a construção e reconstrução do espaço geográfico, esse torna-se mais atraente para aquelas pessoas que veem a cidade como local para morar, e a moradia é essencial na vida das pessoas, principalmente daquelas que ainda não a tem, pois é nesse espaço que elas se sentem seguras e uma das suas maiores expectativas é de possuir uma moradia. Dentro dessa perspectiva Spósito (2010, p. 38) considera que “a habitação é uma palavra que designa, de maneira genérica, o lugar de moradia das pessoas, na cidade ou no campo. Não se pode deixar de ocupar qualquer lugar para morar na superfície da Terra, porque ninguém vive suspenso no ar.”

Diante da constante (re)produção do espaço exercido pela sociedade, Barbosa (2009, p. 21) ressalta que “ao produzir o espaço, o homem, também, produz territórios.

A todo momento territórios são desconstruídos e dão lugar a novos. [...]”. Sendo assim, a ocorrência desse processo vem ocorrendo com mais frequência, seja na zona urbana ou rural.

2.2 Lugar como categoria geográfica

Lugar, categoria com diversas definições, por diversos autores, e que através deste foram feitas várias análises para o entendimento dessa categoria na qual está ligado diretamente com o íntimo, local, pertencimento, moradia, entre outros termos, onde Carlos (2007b), aponta a problemática da redefinição da categoria lugar:

Nas Ciências Humanas e na geografia, em particular, o problema da redefinição do lugar emerge como uma necessidade diante do esmagador processo de globalização, que se realiza, hoje, de forma mais acelerada do que em outros momentos da história. [...]. (CARLOS, 2007b, p. 17).

Na interpretação de Rodrigues (2015), a categoria lugar veio a ser importante como categoria de análise, através de duas correntes: humanista e crítica:

[...] o interesse pelo lugar, como categoria de análise fundamental da Geografia, só veio a se concretizar, de forma mais significativa, com o advento das correntes humanista e crítica, a partir da década de 1970. Os dois movimentos, embora com posturas teóricas metodológicas diferentes, têm em comum a oposição ao positivismo. Fazem uma crítica aberta à ciência lógica, excessivamente preocupada com o objetivismo, deixava de lado os aspectos sociais para se fundamentar em conceitos baseados na matemática e estatística. (RODRIGUES, 2015, p. 5038).

No mesmo sentido Staniski et al. (2014), afirma que:

É possível identificar duas acepções principais, sendo estas consideradas em dois de seus eixos epistemológicos, o da geografia humanística, que considera o lugar como produto da experiência humana. E a Geografia Radical ou dialética marxista, em que o lugar assume uma compreensão enquanto espaço de singularidade. (STANISKI, et al., 2014, p. 4).

No entanto, a categoria lugar tem sido interpretada de maneira diferente, mas que tem sido fundamental para os estudos da Geografia.

Contudo, de todas as categorias operatórias, conforme definido por Suertegaray (2001, s/p) como: “[...] paisagem, território, lugar e ambiente [...]”, o conceito da categoria lugar e subcategoria urbanização, como conceito auxiliar, seriam mais apropriadas para o desenvolvimento teórico-metodológico na análise da dinâmica espacial. Pois é a partir deste que a produção espacial se realiza, conforme Carlos (2007b) destaca:

[...] O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida [...]. (CARLOS, 2007b, p. 22).

A ciência geográfica, assim como as demais ciências, possui alguns conceitos-chaves. Conceitos esses que evidenciarão diversos ângulos visuais específicos de análise à sociedade, dando à Geografia sua identidade de ciências sociais. (CORRÊA, 2000, p. 16), pois o mesmo autor utiliza-se da seguinte argumentação:

[...] que a geografia como ciências sociais tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chaves que guardam entre si forte grau parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território. (CORRÊA, 2000, p. 16).

Apesar de todos esses conceitos-chaves correlacionarem entre si, ainda relacionam com seu mundo externo, conforme afirma Hissa (2006, p. 9) “[...] o lugar, por razões compreensíveis, emerge como um conceito de destaque central na discussão sobre a globalização [...]”, e esse mesmo autor considera que o debate sobre o conceito de lugar, é sempre necessário, pois:

[...] por conta da evolução de processos que, direta e intensamente, envolvem os próprios lugares, as relações de que são feitos, além das conexões que estabelecem com o seu mundo exterior — tão presente, cada vez mais, em diversas circunstâncias, na sua interioridade: o mundo está um pouco no interior de todos os lugares. Assim, se o mundo se transformou os lugares também o fizeram através de processos quase simultâneos que evocam a imagem — mesmo que incompleta, ainda que desigual — da reciprocidade [...]. (HISSA, 2006, p. 8).

Hall (2000), Bauman (1999), Pearce (2003), Berger e Huntington (2004), (apud SASAKI 2010, p. 112) “são uníssonos em afirmar que a globalização não é mais uma opção disponível, mas uma realidade com a qual se convive, inevitavelmente”. Além disso, sustentam que “não existe uma única globalização, mas muitas globalizações que influenciam a configuração das identidades humanas das culturas local e global” (BERGER & HUNTINGTON, 2004; SOUSA SANTOS, 2002 apud SASAKI, 2010, p. 112).

Mendes (2002, p. 505 apud SASAKI, 2010, p. 113) sustenta que “a identidade do sujeito é socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais

e, portanto, são construções relativamente estáveis num processo de atividade social”.

Sasaki (2010, p. 114), considera que o “conceito de identidade de lugar pode ser construído a partir da inter-relação entre as análises dos diferentes níveis de referências espaciais e sociais”.

Nas colocações de Proshansky (1976; 1978 apud SASAKI, 2010, p. 115) “[...] o ambiente físico assume um papel importante na configuração da identidade de lugar [...]”. É neste contexto que Sasaki (2010), argumenta sobre o conceito de identidade e lugar:

[...] no seio da Geografia Humanística, o conceito de identidade se associa ao lugar, este que é considerado a base da existência humana, através da experiência e relação direta e profunda com o mundo repleto de significados. Afinal, a corrente humanística é flexível e se dimensiona a partir de como seus componentes preferem moldá-la. O espaço vivido relacionasse com a dimensão da experiência humana dos lugares, ou seja, o modo como o sujeito percebe o objeto. (SASAKI, 2010, p. 115).

Dando ênfase à Geografia Humanística, a mesma autora menciona a valorização ao ser humano e aos conceitos das categorias paisagem, lugar e região:

A Geografia Humanística valoriza o ser humano e revaloriza os conceitos de paisagem, lugar e região destacando, a existência dos sujeitos e seu sentimento de pertencimento a um espaço. O lugar assume, então, uma *personalidade*, uma essência vital que se faz presente na história de cada sujeito favorecendo a relação com ele através das suas transformações no decorrer dos tempos. (SASAKI, 2010, p. 115).

Para Sasaki (2010, p. 115) “o lugar torna-se realidade na consciência individual a partir do relacionamento com o espaço, não necessitando ser definido numa dimensão espacial ou imagem específica, limitada”. E a mesma autora considera que “[...] o espaço pode se tornar um lugar; e o lugar traduz lembranças vivenciadas e compartilhadas [...]” (p. 115).

No entendimento de Sasaki (2010, p. 116) “o homem constrói referenciais afetivos com o lugar que é desenvolvido ao longo da vida, a partir da convivência”, onde menciona que:

Esses lugares, por sua vez, possuem um conjunto de sensações emotivas, porquanto podem ser considerados seguros e/ou protegidos. É como a diferença entre “casa” e “lar”. Existem inúmeras casas num bairro, mas cada uma delas representa um lar para suas respectivas famílias, um “porto seguro” [...]. (SASAKI, 2010, p. 116-117)

Holzer (1993, p. 127 apud SASAKI, 2010, p. 117) esclarece que Relph “diferenciou as experiências de espaço das experiências de lugar, possibilitando identificar seis tipos de espaço”:

(a) o *pragmático* ou *primitivo*, ligado à ação inconsciente; (b) o *perceptivo*, ligado à experiência imediata; (c) o *existencial* ou *vivido*, resultado de experiências intersubjetivas; (d) o *arquitetônico* ou do *planejamento*, que envolve a vontade deliberada de construir espaço; (e) o *cognitivo*, que é um constructo teórico; e (f) o *abstrato*, sobre o qual ocorrem as relações espaciais lógicas. (HOLZER 1993, p. 127 apud SASAKI, 2010, p. 117).

Com esses diferentes tipos de experiências de espaços, Relph (1979) afirma que:

Os lugares são moldados, individualmente, a partir do entrelaçamento dessas experiências, e ratificando que o lugar não está delimitado numa categoria específica, pois depende da experiência continuada no mesmo espaço, até que seja possível moldar o sentido de lugar. (HOLZER 1993, p. 127 apud SASAKI, 2010, p. 117).

Relph (1979, p.19 apud SASAKI, 2010, p. 117) reforça a ideia de que “o sentido de lugar ultrapassa o sentido de localização espacial. O lugar, nesse sentido, se refere a um tipo de experiência e envolvimento com o mundo, à necessidade de raízes e segurança [...]”.

Nas colocações de Sasaki (2010, p. 117) “o lugar é analisado e concebido a partir das experiências diretas da consciência individual desenvolvida sobre o ambiente que se relaciona.” Além disso, a mesma autora considera que, “[...] a identidade e significado do lugar são configurados através da intenção humana e da relação com o cenário físico e atividades ali desenvolvidas”. Dentro dessa configuração a autora esclarece que:

[...] a identidade de lugar é configurada através de uma combinação de observação e contato com o lugar, o qual representa um centro de significados. Pode-se inferir, ainda, que há relação entre o lugar e o tempo, uma vez que dificilmente o senso de lugar pode ser adquirido pelo simples fato de se passar por ele uma só vez. (SASAKI, 2010, p. 117).

Analisando a tríade, habitante, identidade e lugar. Carlos (2007b) considera o lugar como base de reprodução da vida, pois é no espaço habitado que o indivíduo se relaciona, sente, pensa, vive, apropria através do corpo em seu cotidiano.

Moreira e Hespanhol (2007) estabelecem uma relação entre a Geografia Humanística e o conceito de lugar, onde descrevem que:

Quando se utiliza o conceito de lugar, na maioria das vezes, se remete à Geografia Humanística, ou seja, associa-se o lugar apenas ao espaço vivido. Mas essa correlação não é por acaso, pois essa corrente encontrou no lugar

a possibilidade de explicar a construção do mundo, já que o lugar é visto como o mundo da vida, marcado pela experiência e percepção. (MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p. 50).

Na percepção de Moreira e Hespanhol (2007), as características de lugar são percebidas nas unidades geográficas, pois são nesses espaços que encontram o seu mundo, através da adaptação e socialização, enfatizando a Geografia Humanística:

Nos bairros [...], unidades geográficas pesquisadas, encontram-se uma das características do lugar na perspectiva da Geografia Humanística, ou seja, a identidade. Esta seria a expressão da adaptação e da socialização do conhecimento entre o grupo e seu mundo. (MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p. 51).

Relph (apud MOREIRA E HESPANHOL, 2007, p. 52) menciona que “a relação entre o indivíduo e a comunidade com o seu lugar permite e reforça a identidade destes, mesmo com as modificações introduzidas”. Desse mesmo modo, as ocorrências de transformações no espaço vivido atualmente, fazem com que os indivíduos ainda resistem às representações de suas identidades, emergidas de uma determinada comunidade.

Por outro lado, Buttimer (1982, apud MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p. 52) conceituam que “a identidade cultural está intrinsecamente relacionada à identidade com o lugar [...]”. Além disso, “o que permite ao indivíduo possuir redes de interações, são as dimensões culturais, emocionais, políticas e biológicas, tudo isso baseado no lugar”. (MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p. 52). Os mesmos autores definem que “mesmo diante das transformações no lugar, para o indivíduo e para a comunidade, a sensação de que as características antigas permanecem, reforçam a identidade com o lugar”.

No entanto, Ferreira (2002, p. 48, apud MOREIRA E HESPANHOL, 2007, p. 52), utiliza-se da seguinte argumentação, “quanto mais profundamente se está dentro de um lugar mais forte a identidade com ele”. Neste sentido, considera-se que se o indivíduo ali nasceu, cresceu, realiza suas atividades cotidianas, tem sua convivência no lugar por um longo tempo, esses fatores compõem sua identidade.

Ainda Moreira e Hespanhol (2007), consideram que:

O lugar seria o centro de valores indispensáveis para a nossa identidade. O lar, por exemplo, expressa a relação do indivíduo com seu lugar. Todavia, o lar é mais amplo que o objeto - casa. Essa relação entre a percepção de lar, o objeto casa e como a casa aparece em nossa consciência (valores, bem-estar, significados) é o que se chama de **princípio de intencionalidade** ou a

intencionalidade da consciência. (MOREIRA E HESPANHOL, 2007, p. 52, grifo dos autores).

Na concepção de Santos (1988, p. 97) “[...] o que define um lugar é, exatamente, uma teia de objetos e ações com causas e efeitos, que formam um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas: e as novas, que vão se internalizar. [...]”, está ligado diretamente com o espaço vivido diante das transformações.

Na visão de Carlos (2007a), é no lugar que a vida se realiza, torna-se condição e produto para o estabelecimento de relações indispensáveis, sendo assim a produção da vida e do lugar requer que seja de forma contínua, sendo essa produção no sentido de reprodução, ligando os lugares à rede mundial, criando um novo espaço. (CARLOS, 2007a, p. 41), pois essa concepção traz uma discussão teórica sobre o conceito de lugar na contemporaneidade, marcado pela globalização, além disso, o entendimento da relação do local-global. (CARLOS, 2007b, p. 17).

No mesmo sentido, Moreira e Hespanhol (2007), correlacionam o lugar e suas multiplicidades:

O lugar contém multiplicidades de relações ao mesmo tempo em que pode ser compreendido enquanto uma realidade sensível, correspondendo ao uso e à prática vivida no cotidiano. Assim, de um lado, temos a multiplicidade das relações e, de outro, as especificidades da produção espacial global. Assim, todos os lugares podem ser mundiais. (MOREIRA e HESPANHOL, 2007, p. 55).

Neste sentido o lugar vem ser o centro das relações, pois é nele que existe a possibilidade de relacionamento, produção e reprodução, expandindo do lugar para o global.

Para Rodrigues (2015, p. 5036) “o lugar é visto como o *locus* do sujeito que o constrói, ao mesmo tempo em que constitui a si mesmo se relacionando com o mundo e com a coletividade social. [...]”.

Na busca por um novo conceito teórico e metodológico, a corrente humanista fundamenta-se nas filosofias do significado, com ênfase na fenomenologia e existencialismo, conforme relata Rodrigues (2015):

Prioriza a microescala, propondo uma análise do lugar como mundo das experiências intersubjetivas dos indivíduos. Desse modo, a categoria

ascende à condição de peça chave da Geografia, fundamental para entender os sentimentos espaciais a partir da experiência cotidiana, do simbolismo e do apego pelo lugar. (RODRIGUES, 2015, p. 538)

Relph, autor da corrente humanística, afirma que as perdas da diversidade e identidade geográficas ocorreram com o advento das multinacionais e dos projetos de arquitetura moderna, fenômeno ocorrido em meados de 1950, isso sem nenhuma conexão com as histórias locais, onde ele chama de “erosão da paisagem” e conseqüentemente criando “paisagem sem lugar”, então neste sentido desperta-se o interesse pelo conceito de lugar. (RELPH, 2012, apud RODRIGUES, 2015, p. 5038).

Para Rodrigues (2015), os autores humanistas Tuan (1976) e Buttimer (1982), em seus estudos geográficos interessaram pelo lugar, seguindo uma atitude fenomenológica, onde consideram como conceito a experiência vivida no espaço, seguidos pelos fatores de subjetividade individual, base material objetiva e relação com outros sujeitos.

Portanto na visão do mesmo autor:

O lugar é então, na corrente humanista, uma categoria central geradora de significados geográficos em constante relação com o espaço abstrato. A partir das ideias humanistas, surgem também críticas e novas interpretações sobre o conceito.” (RODRIGUES, 2015, p. 5041).

Na concepção de Rodrigues (2015), a partir da discussão do lugar pela corrente humanista, a categoria lugar se expande para outras áreas da Geografia, chegando à corrente crítica, onde essa mesma chegou a desenrolar uma crítica às ideias humanista, tendo como principais expoentes na atualidade os geógrafos britânicos David Harvey e Doreen Massey e, no Brasil, representado pelo geógrafo Milton Santos. Para os autores da corrente crítica a globalização é o fenômeno que busca a fragmentação do espaço, onde tentam inserir em suas análises que o lugar está embasado na relação entre o local/global. (RODRIGUES, 2015, p. 5041)

Ainda que, os lugares possuem suas características específicas, individualizadas no espaço, não significa dizer que estão isolados, pois possuem um sistema de rede entre si, estabelecido pelo sistema de capital, sendo esse sistema econômico responsável por manter relações um com o outro. (STANISKI, et al 2014, p. 7-8).

O lugar, do ponto de vista de Carlos (2007b, p. 20), aparece como um “[...] desafio à análise do mundo moderno, exigindo um esforço analítico muito grande, que

tente abordá-lo em sua multiplicidade de formas e conteúdo, em sua dinâmica histórica.”

Por outro lado, “espaço” e “lugar” são termos familiares que indicam experiências comuns, assim como descrito por TUAN, (1983):

[...] O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria. Os geógrafos estudam os lugares. [...] (TUAN, 1983, p. 3).

No entanto, espaço e lugar são categorias correlacionadas, onde o conceito de espaço é qualquer porção da superfície terrestre, ampla e desconhecida e lugar é diferente do espaço, pois é fechado, íntimo e humanizado. (TUAN, 1983, p. 61).

Sendo assim, a categoria lugar é a que mais contribui para o desenvolvimento do presente trabalho, pois considera-se que é no lugar que a troca de experiência que entre as pessoas, lugar esse na qual consideram de pertencimento.

3 POLÍTICA PÚBLICA DE HABITAÇÃO NO BRASIL

3.1 Processos históricos e seu desenvolvimento

A questão social é uma das problemáticas existentes nos centros urbanos brasileiros, uma delas a moradia que se ampliou durante o século XX, mas com início no século anterior, podendo ser devido à intensa migração do campo para cidade, e vem se agravando de forma expressiva na atualidade. (MARICATO, 2006, p. 211).

Na concepção de Rubin (2013), a política pública feita no final do século XIX e início do século XX não era voltada para o bem-estar da sociedade:

A política urbana adotada nessa época e ao longo da República Velha (1889 – 1930) visava o embelezamento das cidades para atrair investimentos estrangeiros na industrialização brasileira, além disso, o centro das cidades passou a abrigar o comércio e serviços, expulsando dali as residências. (RUBIN, 2013, p. 31).

Paralelo a esse processo, aumentou a procura da população por moradia, essa por sua vez tornando-se de alto valor na produção da habitação, e seu acesso sendo ainda mais difícil para aquelas pessoas de menor poder aquisitivo financeiro.

Sendo assim, essas são obrigadas a viverem de aluguel, junto com parentes, de favor, nas ruas, enfim, causando um aumento no déficit habitacional. Neste sentido, para tentar melhorar ou organizar esses espaços urbanos, o poder público faz intervenção com as políticas públicas, sendo uma delas, a Política Pública de Habitação, criando programas habitacionais, para tentar reduzir esse déficit habitacional.

No Brasil, em seu processo histórico, com a proclamação da República (1889) surgem algumas políticas públicas, conforme é relatado por Rubin (2013):

[...] ocorreram algumas políticas de expulsão das classes pobres das áreas centrais da cidade, com a justificativa de controle sanitário por parte dos médicos-higienistas, como meio de normatização da sociedade. Assim, empresas de iniciativa privada investiram na construção civil e no fornecimento de habitações, porém esses investimentos não se destinavam à população de baixa renda. (RUBIN, 2014, p. 31).

Percebe-se que nesse momento a questão da habitação para a população menos favorecida economicamente não está nos planos governamentais, pois o controle sanitário seria o principal objetivo. Com isso a população de baixa renda busca os lugares periféricos urbanos que lhes restam, sejam regulares ou não, para se instalarem, tais como: morros, mangues, terrenos vazios, entre outros.

Lugares esses chamados por Dumont (2014), de “cidade ilegal”, onde incluem também as favelas, cortiços, os loteamentos clandestinos etc. A população desses locais são aquelas segregadas da especulação imobiliária, segregação espacial e social, pois no final do ano de 1930 o Governo ofertava linha de créditos para as empresas privadas na construção de habitações, conciliando as reivindicações básicas com as de ordem jurídica, essa sendo o planejamento da cidade. (DUMONT, 2014, p. 27).

No mesmo sentido, Azevedo (1988), relata que:

O grande marco do surgimento de legislação e de políticas sociais no Brasil foi a Revolução de 1930 que significou o fim do poder político exclusivo da oligarquia e a aparição das "massas urbanas" na arena política. Durante a República Velha (1899-1930), a questão social não se colocava como elemento importante da agenda governamental. (AZEVEDO, 1988, p. 107)

As autoridades, naquele momento, já tinham preocupações com os problemas futuros que iriam ter com as favelas, cortiços, bairros populares em termos de “contaminação”, para a parte “sã” da cidade. (AZEVEDO, 1988, p. 107).

Com o surgimento de novas políticas públicas, buscou-se ampliar seu atendimento, pois em seu primeiro momento beneficiavam poucas categorias, conforme destaca a Fundação Getúlio Vargas (FGV 2016):

As Caixas de Aposentadoria e Pensões instituídas pela chamada Lei Elói Chave, de janeiro de 1923, beneficiam poucas categorias profissionais. Após a Revolução de 1930, o novo Ministério do Trabalho incorporou-as e passou a tomar providências para que essa garantia trabalhista fosse estendida a um número significativo de trabalhadores. [...]. (FGV, 2016).

Todavia, mesmo com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPS), a questão da habitação ainda não era sua principal finalidade, conforme descrito por Rubin, 2014:

Os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPS) foram as primeiras instituições públicas que investiram na questão habitacional, mas sua principal finalidade era proporcionar benefícios previdenciários e assistência médica aos seus associados. Os Institutos foram muito importantes para a viabilização das incorporações imobiliárias, possibilitando o processo de verticalização e especulação imobiliária. (RUBIN, 2014, p. 204).

Portanto, o alcance por habitação para aqueles que ainda não o tinha, eram privilégios de poucos, pois teriam que estar associados em uma organização que fizesse parte de um instituto ou pensão.

O déficit habitacional que ao longo dos anos veio aumentando seu índice com o acelerado crescimento urbano passou a ser uma questão de política pública social por parte do governo, sendo necessária sua intervenção, conforme relata Almeida (2011):

Mas a primeira experiência de intervenção direta do Estado na área habitacional data de 1946, com a criação, por iniciativa do Governo Federal, da Fundação da Casa Popular (FCP), instituição de âmbito nacional, com o objetivo principal de prover moradia para as classes de renda baixa. (ALMEIDA, 2011, p. 66).

A Fundação Casa Popular (FCP), criada em 1946, foi a primeira política nacional de habitação, tornando-se ineficaz por falta de recurso e as regras de financiamento, na qual comprometeu o seu desempenho para o atendimento da demanda e ficou restrito a alguns estados da Federação e com pouca produção de unidade. (BRASIL, 2004b, p. 9). Da mesma forma Farias (2007), esclarece que:

A Fundação da Casa Popular foi criada em 1946, com o objetivo de ser um programa abrangente, no setor da produção da habitação popular. Contudo, a política adotada pela Fundação não conseguiu cumprir as propostas anunciadas no programa, uma vez que a Fundação só construiu no Rio de Janeiro. Esta cidade, na época, era a capital federal. Além dessa cidade, ela ergueu construções em Belo Horizonte e em São Paulo. No final da década de 1950, grande parte dos recursos da Fundação foi direcionada para construir Brasília. (FARIAS, 2007, p. 31).

Já no entendimento de Rubin (2014):

O projeto da Fundação da Casa Popular (FCP) fracassou porque os grupos que seriam mais beneficiados encontravam-se desorganizados ou desinteressados em ser interlocutores do governo na formulação de uma política social. Além disso, a Fundação quase não contava com recursos de origem orçamentária, fragilizando ainda mais sua atuação. Desde seu início, a FCP foi utilizada com fins políticos. (p. 40)

Por sua vez, a Fundação Casa Popular e sua política pública teve seu declínio no ano de 1964, ano em que os militares assumiram o poder e implantaram um novo modelo de gestão, transformando o Brasil em um Estado Burocrático Autoritário. Mesmo modelo adotado em outros países da América Latina nas décadas de 1970 e 1980. (FARIAS, 2007, p. 31).

E, enquanto isso o intenso processo de urbanização, a procura por habitação nas cidades teve seu aumento, elevando o déficit habitacional brasileiro, além disso, a concentração de renda contribuiu para esse aumento. (ALMEIDA, 2011, p. 67).

A partir de então, inicia-se outra fase da política voltada para a habitação, com a reforma do Sistema Financeiro Nacional, e a criação do Sistema Financeiro de Habitação, isso feito no início do governo militar (1964). (ALMEIDA, 2011, p. 67).

Dentro desse mesmo sistema criou-se o principal agente de operação, o Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão central do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que tinha como função fiscalizar, regulamentar e prestar assistência para os demais que faziam parte do Sistema, conforme destaca Oliveira (2015):

[...] As Caixas Econômicas, as Sociedades de Crédito Imobiliário e as Associações de Poupança e Empréstimo formavam os agentes de ponta do sistema, tendo em vista que o BNH funcionava como agente repassador dos recursos [...]. (OLIVEIRA, 2015, s/p).

A criação desse agente operador foi por causa da crise de moradia que se estabeleceu naquele período, onde o país se urbanizava aceleradamente. Neste sentido buscou apoio junto à massa popular e com criação de política permanente de financiamento com o intuito de estruturar os moldes capitalista do setor da construção civil, onde acabou se estabelecendo. (BONDUKI, 2008, p. 70).

O Sistema Financeiro de Habitação (SFH) tem se estruturado com recurso advindo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), criado no ano de 1967 e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), poupança voluntária de todos os assalariados. (BONDUKI, 2008, p. 73).

O resultado do tempo de permanência desse sistema e suas ações desenvolvidas foram de forma expressiva, conforme considera Bonduki (2008):

[...] nos vinte e dois anos de funcionamento do BNH, o Sistema Financeiro da Habitação financiou a construção de 4,3 milhões de unidades novas, das quais 2,4 milhões com recursos do FGTS, para o setor popular, e 1,9 milhões com recursos do SBPE, para o mercado de habitação para a classe média. Se for considerado o período até 2.000, pois o SFH continuou funcionando após a extinção do BNH em 1986, foram financiadas cerca de 6,5 milhões de unidades habitacionais. [...]. (BONDUKI, 2008, p. 73).

Por outro lado, mesmo com o significativo resultado obtido na produção habitacional, essa esteve distante de suprir as necessidades geradas devido o acelerado processo de urbanização ocorrido no Brasil na segunda metade do século XX, conforme exemplifica Bonduki (2008):

[...] Entre 1950 e 2000, a população urbana brasileira vivendo em cidades com mais de 20 mil habitantes cresceu de 11 milhões para 125 milhões. No período de funcionamento do BNH (1964-86), foram financiadas cerca de 25% das novas moradias construídas no país, porcentagem relevante, mas

totalmente insuficiente para enfrentar o desafio da urbanização brasileira. [...]. (BONDUKI, 2008, p. 73).

Somando a isso, do ponto de vista técnico dos profissionais da área urbanística e arquitetônica, considera-se que foi um desastre com a opção da construção de grandes conjuntos habitacionais na periferia dos centros urbanos, em suas colocações como “bairros dormitórios”, tendo em vista que houve desarticulação dos projetos habitacionais e a política urbana proposta, não tendo preocupação com a qualidade da moradia, meio físico e a inserção urbana. (BONDUKI, 2008, p. 74).

Por sua vez, Rubin (2014) considera que o Banco Nacional de Habitação, através de suas estruturas de recursos, foi de grande importância para o País naquele período:

O BNH se estruturava com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e tornou-se uma das principais instituições financeiras do país e a maior instituição mundial voltada para o problema habitacional. [...]. (p. 42).

Já em 1986, o Banco Nacional de Habitação é extinto, ficando o País carente por um projeto de habitação, contínuo, consistente e estruturado nacionalmente.

Extinto em agosto de 1986, as atribuições do BNH foram transferidas para a Caixa Econômica Federal, permanecendo a área de habitação, no entanto, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), cuja competência abrangia as políticas habitacional, de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e do meio ambiente, enquanto que a Caixa estava vinculada ao Ministério da Fazenda. (BRASIL, 2004b, p. 10).

Por outro lado, Maricato (2006, p. 214) alega que a “[...] última proposta de política urbana implementada pelo Governo Federal se deu no Regime Militar (1964-1985) [...]”, ficando o setor habitacional e as cidades fora das discussões políticas urbanas por parte do Governo Federal.

[...] Com a crise fiscal que atingiu o país em 1980 e a falência do Sistema Financeiro da Habitação e do Sistema Financeiro do Saneamento, a política urbana e as políticas setoriais formuladas e implementadas pelo Regime Militar entram em colapso. Desde 1986 a política urbana seguiu um rumo errático no âmbito do governo federal. Não faltaram formulações e tentativas de implementação, mas todas elas tiveram vida muito curta. (MARICATO, 2006, p. 214).

Rolnik e Nakano (2009), em sua análise crítica à política habitacional entre as décadas de 1960 a 1980, consideram que é preciso levar em conta no debate atual, pois desde de a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e com a utilização do

recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), esses fizeram impulsionar o mercado imobiliários de médio e alto padrão, com financiamento e comercialização de empreendimento habitacional, naquele período, em consequência provocando aumento dos terrenos. Analisando os números constituídos entre 1964 e 1986, Rolnik e Nakano (2009), esclarece que:

Dos 4,5 milhões de moradias erguidas com financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) entre 1964 e 1986, apenas 33% se destinaram à população de baixa renda, sempre em conjuntos localizados nas periferias urbanas, em áreas onde a terra era barata por não haver acesso a infraestruturas de saneamento básico e transporte coletivo nem equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, e não apresentar oferta de empregos. Enfim, por não ser cidade. O crédito imobiliário naquele período jamais alcançou a faixa de renda familiar mensal entre 0 e 3 salários mínimos, que concentrava – e continua concentrando – 90% do déficit habitacional. O resultado foi o aumento da favelização e da autoconstrução em loteamentos precários e irregulares país afora. (ROLNIK e NAKANO, 2009, não paginado).

Sendo assim, as políticas públicas voltadas para a habitação, com a intenção de resolver o problema habitacional, de fato era outra, a de fomentar o crédito imobiliário e especulação imobiliária, causando o aumento dos terrenos e dificultando ao acesso daquelas famílias de baixa renda.

Devido à pouca importância dada para a questão urbana, de âmbito do Governo Federal (1964-1985), consolidou-se um forte movimento social voltado para a reforma urbana, liderados por sindicalistas, Organização Não Governamental (ONGs), integrante da Igreja Católica, servidores públicos e parlamentares. Movimentos esses criados no regime militar por terem estreito espaço de participação nas políticas existentes voltadas para os problemas urbanos. (MARICATO, 2006, p. 214).

Em 1980 esse movimento cresceu com a força da sociedade que exigia por liberdades políticas. Com a força desse movimento obtiveram vitórias expressivas como, por exemplo, a apresentação de uma emenda de iniciativa popular à Constituição Federal de 1988 e a conquista da inclusão na Carta Magna da função social da propriedade e da função social da cidade e, após 13 anos, outra conquista importante foi a criação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001). (MARICATO, 2006, p. 214).

Por inúmeras vezes foi formulada uma proposta de criação de uma instância federal voltada para as políticas urbanas no decorrer dessa luta, no entanto somente no ano de 2000 foi divulgado o Projeto Moradia e o Ministério das Cidades veio a ser criado, conforme ressalta Maricato (2006):

O Ministério das Cidades tem sua criação, portanto, ligada a esse movimento social urbano que teve início ainda nos anos 1970 e que acumulou forças nas duas décadas seguintes na luta pela democratização do país e pela reforma urbana. (MARICATO, 2006, p. 215).

Ressaltamos que o assunto pertinente ao Ministério das Cidades será tratado com mais detalhe no decorrer do capítulo posterior.

Percebe-se que a questão da moradia diante das políticas públicas em sua trajetória não foi o foco principal, mesmo com o decorrente acréscimo nesse setor, pois as demandas realizadas não atenderam o déficit habitacional existente, causando um aumento principalmente na população de baixa renda, sendo assim, as políticas de habitação voltada para o setores da economia, como, construção civil, especulação imobiliária, setor financeiro, entre outros. E diante do incentivo à moradias, Rolnik e Nakano (2009), utilizam-se da seguinte argumentação:

Incitar a produção de moradias parece duplamente atraente em um momento de crise econômica: estimula-se a indústria, geram-se empregos e, ao combater a reprodução das favelas e periferias do país, enfrenta-se uma questão candente na sociedade brasileira. Será? (ROLNIK E NAKANO, não paginado).

Já na política mais recente, com a implantação do Plano Nacional de Habitação, através da Política Nacional de Habitação, Brasil (2010) descreve que:

O PlanHab visa atender aos objetivos da Política Nacional de Habitação, com a universalização do acesso à moradia digna, em particular para a população de baixa renda, por meio de uma política de subsídios, bem como reforçar a capacidade institucional dos agentes públicos, privados e sociais, e buscar a ampliação das fontes de recursos [...]. (BRASIL, 2010, p. 25).

Diante das políticas habitacionais implantadas e voltadas, principalmente para a habitação popular, essa não tem sido suficiente para atender a demanda do déficit habitacional da população de baixa renda. Geralmente o lançamento de novas políticas, ocorre com o intuito de alavancar a economia do país, principalmente o setor civil, com emprego e renda, ficando em segundo plano, o direito à moradia, que para uma família o valor de um teto para morar é muito importante, pois é ali que são constituídos, o sentimento de pertencimento.

Sendo assim, Rodrigues (2001), esclarece melhor o sentido de morar:

Morar não fracionável. Não se pode morar um dia e no outro não morar. Morar uma semana e na outra não morar. No limite da necessidade, é possível – malgrado as consequências funestas – almoçar um dia e no outro não, almoçar e não jatar, “pedir um prato de comida” na porta da casa de alguém, uma roupa velha, um pedaço de pão, ou seja, a fome é incorporada a algumas estratégias de sobrevivência. Não é possível pedir um pedaço “de casa” para morar, um banheiro para se tomar banho, um tanque para lavar roupa, uma cama para dormir um pouco, exceto, é claro, se trata de relações pessoais (parentesco e amizade), de aluguel de quartos, de lavanderias, etc. e, é claro, pagando-se por este uso. (RODRIGUES, 2001, p. 14).

Por fim, todos temos direito à moradia, a falta dessa tem sido por ingerência da oferta pública, sempre buscando novos aumentos em valores junto ao setor público financeiro para o financiamento de novas habitações, com a justificativa do aumento no déficit habitacional ocorrido e nunca zerado esse índice ao longo da história brasileira, pois percebe-se que o interesse maior é beneficiar o setor econômico, principalmente o da construção civil, imobiliários entre outros.

3.2 Ministério das Cidades: um novo marco político para habitação brasileira

Com uma nova consciência política para o desenvolvimento da questão habitacional do País, foi criado, em 2003 pelo Governo Federal, Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério das Cidades, resgatando uma proposta de projeto habitacional lançado no ano de 2000, por meio do Projeto Moradia, com documentos elaborados pelo Instituto Cidadania, com participação de lideranças sociais, empresários entre outros. (BRASIL, 2004a, p. 12).

A estruturação do novo Ministério levou em conta a reunião das áreas mais relevantes, tais como o econômico, social, sustentabilidade ambiental, inclusão social para o desenvolvimento urbano e, além disso, para auxiliá-lo, foram criadas quatro secretarias nacionais: Habitação, Saneamento Ambiental, Mobilidade e Transporte Urbano e Programas Urbanos. (BRASIL, 2004a, p. 13).

Por meio da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, criado em 2003, é retomada a questão de urbanização e moradia, ampliando a produção habitacional para a classe média e participação do poder público local e demais atores no processo de habitação. (BRASIL, 2009b, p. 6).

No entanto, com a criação do Ministério das Cidades, via-se que a solução para a questão da habitação no País era uma proposta de política urbana, conforme destaca Brasil (2004a):

[...] Projeto Moradia, documento elaborado com a promoção do Instituto Cidadania e a participação de um grande número de consultores e lideranças sociais e empresariais. De acordo com o Projeto Moradia, não há solução para o problema da habitação senão por meio da política urbana. O projeto desenvolveu, ainda, uma proposta para o financiamento habitacional e uma proposta de caráter institucional. (BRASIL, 2004a, p. 12-13).

Diante do Ministério criado (Ministério das Cidades), o Governo Federal considerou que precisava enfrentar imensos desafios urbanos com políticas públicas de plano de âmbito federal através de um órgão que tratasse de questão estratégica relevante para o desenvolvimento urbano, principalmente para os problemas relacionados aos assentamentos precários e efetivar ao direito à moradia digna para a população de baixa renda. (BRASIL, 2010, p. 14).

Sendo assim, surge um novo marco político para o setor habitacional, na área de habitação de interesse social e setor habitacional de mercado, que através desses passou a articular políticas de desenvolvimento urbano, na intenção de reduzir o déficit habitacional do País.

Portanto, foi através de duas linhas de atuações que o Ministério passou a se orientar diante de suas atividades: uma voltada à reestruturação institucional e legal do setor, e a outra voltada à revisão dos programas existentes e ao incremento dos investimentos em habitação. (BRASIL, 2010, p. 14)

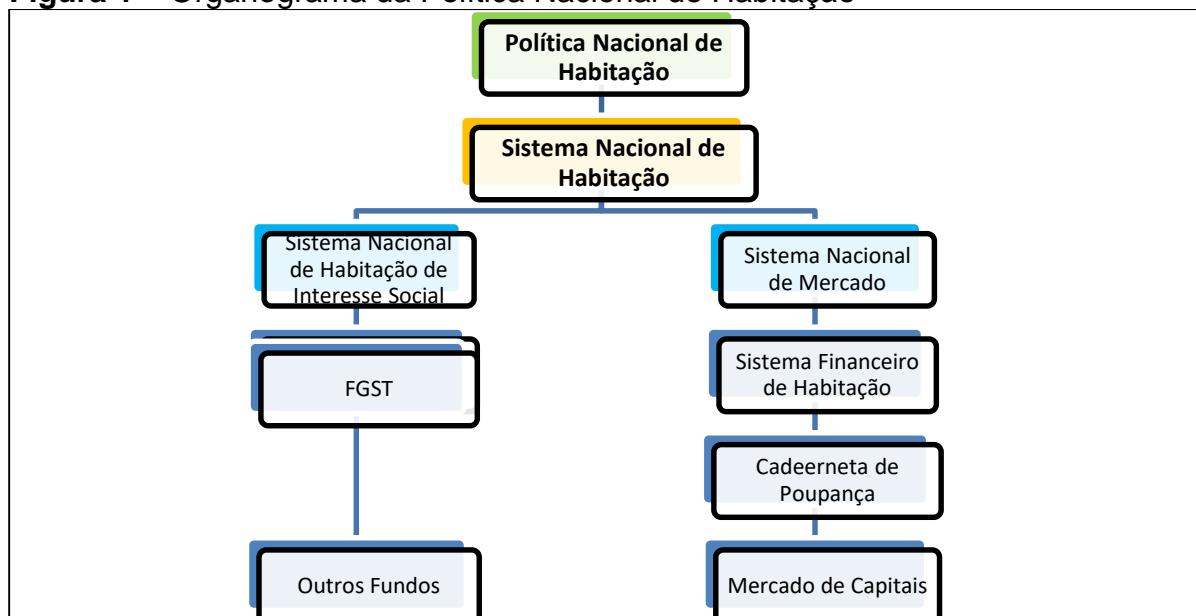
Para tanto, fez-se necessário a retomada do planejamento para a questão da habitação no Brasil, conforme descreve Brasil, (2010):

[...] a retomada do planejamento de longo prazo resultou na elaboração da Política Nacional de Habitação (PNH), em 2004, na instituição do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/FNHIS), em 2005, regulamentados pela Lei Federal nº 11.124, na construção do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), em 2008, e no desenvolvimento dos planos locais por estados e municípios (PLHIS), bem como nos investimentos em capacitação dos entes federados e a contratação de pesquisas e estudos capazes de melhor dimensionar a situação habitacional do país. (BRASIL, 2010, p. 10).

Diante do planejamento retomado, foi apresentada a seguinte hierarquização no organograma da Política Nacional de Habitação (Figura 1) pelo Governo Federal:

Com o Organograma da Política Nacional de Habitação, tem-se a visão da forma organizacional da política voltada para a habitação no Brasil, onde cada um dos integrantes do sistema obedece à hierarquização.

Figura 1 – Organograma da Política Nacional de Habitação



Fonte: Brasil (2010)

Esses sistemas foram subdivididos em dois sub-sistemas que operam com diferentes fontes de recursos, sendo o Sistema Nacional de Habitação de Mercado (SNHM) e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), sendo este último voltado para o interesse social com um modelo de gestão descentralizada, com participação dos Estados, Distrito Federal e municipais. (BRASIL 2010, p. 15).

Dentro da macro divisão da Política Nacional de Habitação, existem em seus sistemas os programas que se dividem, conforme Brasil (2010):

Os programas federais, a partir da aprovação da Política Nacional de Habitação (PNH) e da criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), foram divididos em dois grandes eixos de atuação: (i) urbanização de assentamentos precários e (ii) produção habitacional. (BRASIL, 2010, p. 17).

A partir da aprovação dos programas federais voltado para habitação, os recursos tiveram sua ampliação e focalização na população de baixa renda, como por exemplo, recurso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e Orçamento Geral da União (OGU). Sendo assim, a abrangência das ações do

Ministério das Cidades se deu em todo o território nacional e no ano de 2007, o processo de ampliação para o setor de habitação foi intensificado sendo criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). (BRASIL, 2010, p. 18-19).

Em conclusão, nas últimas décadas, conforme observado, as políticas públicas voltadas para urbanização e habitação foram bastante atuante, mas não foram suficientes para atender a demanda do déficit habitacional no Brasil, chegando, em 2012, a uma carência de 5.244.525 domicílios (IPEA, 2012).

4 PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

De acordo com a Constituição Federal (1988), no seu Art. 23, inciso IX, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, "promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico".

Sendo assim, a partir de então, os gestores continuaram tendo preocupação com as políticas públicas, mais especificamente a de habitação, onde em cada governo buscou-se um tipo de programa para solucionar o déficit habitacional do país, incrementando o financiamento, especulação imobiliária, empreendimento habitacional, setor construção civil, entre outros, participantes, neste sentido, dentre esses programas foi lançado em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida, programa habitacional advindo do Governo Federal, foco de estudo desta pesquisa, na qual será contextualizado a seguir.

Todavia, o Brasil vinha apresentando um vigoroso crescimento econômico até 2007. No final de 2008 instituiu-se a crise financeira na conjuntura internacional. Com o agravamento da crise, levou a falência de relevantes instituições financeiras internacionais, acarretando uma expressiva redução do crédito, principalmente o de longo prazo e por consequência o setor privado, notadamente as empresas da construção civil. (BRASIL, 2010, p. 50).

Diante do agravamento da crise financeira, o Governo Federal passou a adotar diversas medidas no sentido de evitar seus impactos nos vários setores da economia nacional e como afirma Brasil (2009b), essas medidas se concentraram principalmente no setor da construção civil e infraestrutura:

Entre as medidas anticíclicas adotadas, a principal foi o Programa Minha Casa Minha Vida, lançado pelo Governo Brasileiro, em março de 2009. A partir de insumos formulados pelo Plano Nacional de Habitação (PlanHab), o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) fundamenta-se na ideia de que a ampliação do acesso ao financiamento de moradias e de infraestrutura proporciona mais emprego e oportunidades de negócio, e prevê investimentos da ordem de R\$ 34 bilhões para a construção de 1 milhão de moradias. (BRASIL, 2009b, p. 50).

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve sua primeira fase criada em março de 2007 e anos depois foi lançada sua segunda etapa juntamente com outro programa:

[...] O PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) reforça ainda mais o papel estratégico do setor habitacional e da construção civil como vetores de inclusão social e desenvolvimento econômico do país. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) amplia as ações e as previsões de investimentos em habitação e infraestrutura social e urbana para os próximos anos (a previsão preliminar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) destina R\$ 278 bilhões para produção e financiamento habitacional, urbanização de assentamentos precários no período 2011-2014). (BRASIL, 2010, p. 6).

Na primeira fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), teve como propósito o investimento em favelas onde foi observado, pelo Governo a desigualdade social e territorial no Brasil, implementando políticas públicas para esses assentamentos precários. (BRASIL, 2010, p. 30)

Neste sentido, por entender que era necessário a universalização social, entendida como moradia digna e desenvolvimento econômico nacional, o Governo Federal lançou, em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com subprograma de PAC Habitação, destinando 17 bilhões de reais, para o período de 2007/2010. Conforme afirma BRASIL (2010), o Programa tinha como propósito:

O PAC é um programa que tem como propósito o crescimento econômico, o aumento dos postos de emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, alcançados por meio de um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos ao crescimento. As medidas do PAC estão organizadas em cinco blocos: investimentos em infraestrutura; melhora do ambiente de investimento; medidas fiscais de longo prazo; desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e estímulo ao crédito e ao financiamento. (BRASIL, 2010, p. 30).

O PAC passa a financiar o setor público nas seguintes modalidades: Urbanização de Assentamentos Precários, Provisão Habitacional, e Desenvolvimento Institucional. (BRASIL, 2010, p. 31).

Já na segunda etapa e assim denominado, Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) juntamente com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), foram os dois principais programas federais implantados naquele período para aquecer o desenvolvimento da economia do País, pois estavam ligados diretamente à questão habitacional, infraestrutura social e urbana, construção civil, além de ganhar confiança junto aos atores públicos, privados e sociais, para que esses voltassem a fazer investimento no setor. (BRASIL, 2009b, s/p).

Brasil (2009), destaca a principal finalidade do programa:

Criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais). E [compreendendo] os seguintes subprogramas: Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). (BRASIL, 2009)

Em 2008, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados do Governo Federal, o déficit habitacional era aproximadamente de 5,5 milhões de moradia mais especificamente na faixa de renda de até 3 salários mínimos. (OLIVEIRA, 2015 s/p).

O Programa previu naquele ano um investimento de 34 bilhões, para um investimento de 1 milhão de moradia, financiamento, infraestrutura, emprego e oportunidade de negócio, conforme apresenta a Tabela 1, com seus valores e origem.

Tabela 1 – Recursos públicos para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

INVESTIMENTOS DO PROGRAMA (PMCMV) (R\$ Bilhões)	
ORIGEM	VALOR
Orçamento Geral da União	25,5
FGTS	7,5
BNDES	1
Total	34

Fonte: Brasil, (2010)

De acordo com Silva (2013, p. 93) “a execução e operacionalização do Programa ficariam a cargo de seus agentes financeiros, no caso a Caixa Econômica e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Banco do Brasil”

Com a definição da estrutura e as modalidades do Programa Minha Casa Minha Vida, tem-se buscado novos instrumentos que venham acabar com o problema que atrasa o desenvolvimento da política de habitacional, dentre esses novos instrumentos, foi criado o Fundo Garantidor de Habitação, conforme esclarece Brasil (2010):

O Fundo Garantidor, disponível nos casos de financiamento à moradia, garante o refinanciamento de prestações em caso de desemprego ou redução temporária de capacidade de pagamento e promove o barateamento do seguro em casos de morte, de invalidez e de danos físicos. (BRASIL, 2010, p. 52).

Juntamente com o PMCMV foram implementadas subsídios fixos (Tabela 2) e estabelecida linha de corte quanto à faixa de renda no financiamento de longo prazo, sendo que o volume total dos recursos corresponde a R\$ 26 bilhões para construção

de moradia, R\$ 2 bilhões para compor o Fundo Garantidor, 5 bilhões para o financiamento à infraestrutura e 1 bilhão para o Financiamento à Cadeia Produtiva. (BRASIL, 2010).

Rolnik e Nakano (2009), afirmam que, dentre as propostas anunciadas pelo Governo Federal, essas apontam para esquema inovadora de ampliação de crédito, através do uso do lucro das aplicações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aumentar o subsídios nos financiamentos entre outros, pois tais inovações já estavam sendo praticado pela Caixa Econômica Federal, há alguns anos. (ROLNIK E NAKANO, 2009, não paginado).

Tabela 2 – Subsídios para Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

Atendimento	R\$ bilhões
Subsídio à moradia, renda até R\$ 1.395,00	16
Subsídio e financiamento à moradia, renda de até R\$ 2.790,00	10
Financiamento à Infraestrutura	5
Fundo Garantidor de Habitação – FGHAB	2
Financiamento à Cadeia Produtiva	1
Total	34

Fonte: MCidade/SNH/DHAB apud Brasil (2010).

Quanto ao atendimento das famílias no que diz respeito à renda e subsídios, Dias (2012), afirma que:

O programa atende a famílias de até 10 salários mínimos de renda e possui subsídios escalonados, cobertos por recursos do FGTS e do Orçamento da União, e as famílias com renda de até 3 salários mínimos têm subsídio de 90 %. Esse percentual é escalonado até a faixa de 6 salários mínimos – acima disso não há subsídios diretos. (DIAS, 212, p. 134-135).

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), não só atende a família de baixa renda do centro urbano, mas também atende a famílias da zona rural, essas vinculadas aos sub programas denominados: Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), ambos se enquadram dentro das condições por faixa de renda, conforme o Quadro 1, sendo a família da zona rural na aquisição de materiais de construção.

Um dos objetivos proposto pelo Programa é atender famílias da faixa de menor renda, sendo assim o subsídio é integral, devido o déficit habitacional concentrar em maior número nessa faixa de renda, conforme destaca a Fundação João Pinheiro

(2010), em seus estudos realizados para auxiliar na elaboração de políticas habitacionais do País:

Quadro 1 – Condições por faixa de renda

Faixa de renda	Condições
Faixa 1 - 0 a 3 salários mínimos	Subsídio integral com isenção do seguro, prestação de até 10% da renda (por ano), prestação mínima de R\$ 50,00 reais por mês e registro do imóvel no nome da mulher.
Faixa 2 - 3 a 6 salários mínimos	Aumento do subsídio parcial em financiamento com redução dos custos do seguro e acesso ao Fundo Garantidor
Faixa 3 - 6 a 10 salários mínimos	Estímulo à compra com redução dos custos do seguro e acesso ao Fundo Garantidor

Fonte: FERREIRA, F. A. S (et al) (2012).

Mais de 70% dos domicílios urbanos da região Nordeste afetados pelo déficit habitacional têm rendimento de até três salários mínimos (incluindo nesse montante os domicílios sem rendimento), o maior percentual do país. Nas regiões Sudeste e Sul, o valor chega a 60%, nas regiões Norte e Centro Oeste, aproximadamente 65% do déficit habitacional afeta domicílios de baixa renda. [...] (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, p. 39).

Dentre as propostas da política habitacional, Rolnik e Nakano (2009), apontam para esquema inovadores de ampliação de acesso ao crédito, pois essa prática já era exercida pela Caixa Econômica, com o uso do lucro das aplicações do FGTS no aumento do subsídio nos financiamentos, sendo assim, a partir de 2005 o financiamento habitacional mostra uma evolução, com ofertas de recurso para famílias com renda mais baixa. Analisados os balanços dos empréstimos em 2007 com recursos do FGTS, sendo um excelente ano para o setor imobiliários e construção na realização de contratos, pois dos 278 mil realizados, apenas 61% foram realizados por famílias com renda de três salários mínimos, sendo assim, constatado que as contrações do financiamento por essas famílias foram para compra de materiais de construção, ou seja, eles mesmo executavam a obra em loteamentos precários e favelas. (ROLNIK E NOKANO, 2009, não paginado).

Em 2015, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), o déficit habitacional no Brasil era de 6.186.503 domicílios (FJP, 2017) e, visando minimizar essa problemática social, o Governo Federal tem implementado políticas públicas de habitação, todavia, estas não têm sido suficiente, mesmo sendo em nível nacional e em larga escala.

O Programa Minha Casa Minha Vida, em sua trajetória já teve duas fases, conforme demonstra o Quadro 2:

Quadro 2 – Fases do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

Fase do Programa	Início	Fim
Fase 1 – PMCMV 1	Abril de 2009	Junho de 2011
Fase 2 – PMCMV 2	Junho de 2011	Dezembro de 2014

Fonte: Amore, C. S. (et al) (2015)

Lançando em março de 2016, a terceira fase do Programa, tinha previsão de construção de 2 milhões de novas moradias até 2018, com isso o Programa chegaria a soma de 6 milhões de unidades entregue desde sua criação em 2009. (BRASIL, 2016).

Com o lançamento da nova fase do Programa, esse teve como novidade a faixa de renda 1,5, que atenderá famílias que ganham até R\$ 2.350,00, através de Entidades Organizadoras, denominado Programa Minha Casa Minha Vida Entidade, facilitando a compra da nova casa para aqueles que não se enquadravam na faixa de renda 1, 2 e 3 pagando juros de 5% a.a. (Brasil, 2016)

O PMCMV em 2017, foi ampliado passando a atender família com renda até R\$ 9.000,00, acreditando no aquecimento da economia na venda de imóveis e geração de emprego, sendo o setor da construção civil uns dos que mais emprega no país. (BRASIL, 2017).

Conforme a Agencia Caixa de Notícias (2017), o Governo Federal pretende fazer 610 mil novas contratações unidades habitacionais no ano de 2017, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 3 – Novas contratações de unidades habitacionais por faixa renda

Faixa renda	(R\$ milhões)
Faixa 1	170
Faixa 1,5	60
Faixas 2 e 3	380

Fonte: Caixa Econômica Federal (2017).

Diante dos números apresentados pelo Governo Federal, na questão de aumento da quantidade de contratações a faixa 1 ainda não é prioridade no aumento nas novas contratações, esse aumento é maior nas faixa 2 e 3, considerando-se que

nessas faixas a Habitação de Mercado o juro é maior. (AGÊNCIA CAIXA DE NOTÍCIAS, 2017).

De acordo com o Ministério das Cidades, 100 mil unidades da faixa 1 serão contratadas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). As 70 mil restantes serão contratadas por meio do Minha Casa Minha Vida Entidades: 35 mil na versão rural e 35 mil na modalidade urbana, com recursos, respectivamente, do Orçamento Geral da União e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). (AGÊNCIA CAIXA DE NOTÍCIAS, 2017).

Dentre as necessidades do Programa Minha Casa Minha Vida, está a ampliação de novos subprogramas para o atendimento das famílias que não eram atendidas quando do lançamento do PMCMV, agora por meio do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E).

Em 1991, é autorizada a Caixa Econômica Federal a instituir e gerir o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), conforme Decreto nº 103, de 22 de abril de 1991, para atendimento a entidades, conforme Brasil (1991) descreve:

Art. 1º Fica a Caixa Econômica Federal autorizada a instituir e gerir o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), de natureza contábil, destinado ao financiamento de projetos de investimentos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infra-estrutura urbana e equipamentos comunitários. Parágrafo único. O FDS tem por finalidade o financiamento de projetos de iniciativa de empresas ou entidades do setor privado, vedada a concessão de financiamentos a projetos de órgãos da Administração direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios ou entidades sob seu controle direto ou indireto. (BRASIL, 1991, s/p).

Já anos depois através da Instrução Normativa nº 14, de 10 de julho de 2013, é feita a sua regulamentação, através da Resolução nº 194, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), denominado Programa Minha Casa Minha Entidades (PMCMV-E). Com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), aportados pelo Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU), 2012, p. 75).

O público alvo do Programa Minha Casa Minha Vida Entidade (PMCMV-E) atualmente, são famílias com renda bruta de até R\$ 1.800,00, admitindo-se até R\$ 2.350,00 para até 10% das famílias atendidas em cada empreendimento, sendo os interessados para o benefício estar cadastrados em Entidade Organizadora (EO) e no

Cadastro Único do Governo Federal ou atualizar o cadastro. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2016).

Para a organização e execução do PMCMV-E, foram necessários os seguintes participantes:

Gestor das Aplicações - Ministério da Cidades, com a atribuição de definir as diretrizes, prioridades, estabelecer critérios, procedimentos e parâmetros básicos para análise, seleção, contratação, acompanhar e avaliar as ações desenvolvidas para implementação do Programa;

Agente Operador - Caixa Econômica Federal, responsável pelo acompanhamento da seleção das propostas, pela alocação do orçamento aos Agentes Financeiros de acordo com a distribuição orçamentária por Região e pelo monitoramento dos recursos aplicados nas fases de carência e amortização;

Agentes Financeiros - Instituições Financeiras Federais, responsáveis por analisar a proposta de intervenção habitacional sob os aspectos jurídico/cadastral e de engenharia e trabalho social, bem como a formalização das operações de financiamento com os beneficiários, acompanhamento das obras e liberação dos recursos;

Beneficiários - Pessoas Físicas arregimentada e organizada coletivamente pela Entidade Organizadora, pessoas físicas arregimentadas e organizadas coletivamente pela Entidade Organizadora, candidatas ao financiamento e que se enquadrem nas condições estabelecidas no Programa, previamente cadastradas no CADÚNICO; Comissão de Representante do Empreendimento (CRE) e Comissão de Representantes do Empreendimento - CRE - Controle e Prestação de Contas do empreendimento contratado, eleita em assembleia realizada entre o grupo de beneficiários vinculados ao empreendimento, com registro em Ata, compostas por no mínimo 03 (três) pessoas, sendo duas participantes do empreendimento e a outra representante vinculada à Entidade Organizadora em cada comissão;

Comissão de Acompanhamento da Obras (CAO) fiscalização da execução do empreendimento contratado, eleitas em assembleia realizada entre o grupo de

beneficiários vinculados ao empreendimento, com registro em Ata, compostas por no mínimo 03 (três) pessoas, sendo duas participantes do empreendimento e a outra representante vinculada à Entidade Organizadora em cada comissão;

Entidades Organizadoras (EO) - Cooperativas habitacionais ou mista, Cooperativas habitacionais ou mistas, Associações e Entidades privadas sem fins lucrativos, responsáveis por mobilizar, congregar, organizar e apoiar as famílias no desenvolvimento de cada uma das etapas dos projetos de engenharia, de trabalho social e documentação a serem financiados e gestão das obras e serviços do empreendimento, conjuntamente com os beneficiários tomadores dos financiamentos, devidamente habilitada pelo MCidades;

Agente Fomentadores - Governo Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, Companhias de Habitação Popular e Órgãos Assemelhados, em parcerias com a Entidade Organizadora referente à doação de terreno, infraestrutura, licenciamentos, assistência técnica, apresentação de demanda e outras;

Agentes Executores - Empresas privadas do setor da construção civil, responsáveis pela execução das obras e serviços, quando contratada pela Entidade Organizadora; e outros órgãos que a critério da Entidade Organizadora (EO) participem do objetivo do projeto. (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 2013, p. 175).

O Quadro 3 apresenta as modalidades na qual o Programa Minha Vida Entidade opera junto aos beneficiários e Entidades Organizadoras (EO), para aquisição de imóvel, terreno ou reformas:

O Quadro 4 apresenta a tipologia das residências que é ofertada pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidade, sendo para Pessoa Física (beneficiário) cadastrada junto ao Cadastro Único do Governo Federal ou Pessoa Jurídica (Entidade Organizadora) cadastrada e regulamentada junto ao Ministério das Cidades. Quanto as tipologias, essas são de formas concentradas (conjunto) e destinados a projetos de financiamentos para Pessoas física e Jurídicas. Já a tipologia pulverizadas é destinado somente a financiamento para Pessoa Física.

Quadro 3 – Modalidades do Programa Minha Casa Minha Vida Entidade (PMCMV-E)

Formas de intervenção	Situação do terreno/imóvel
Construção em terreno próprio	Terreno ou fração ideal de terreno de propriedade dos beneficiários, devidamente legalizado com matrícula individualizada no Registro Imobiliário (RI) ou recebidos, no ato da operação de financiamento, por meio de doação;
Aquisição de terreno e construção	Aquisição do terreno ou fração ideal de terreno devidamente legalizado com matrícula individualizada no Registro Imobiliário (RI);
Requalificação de imóvel urbano	Aquisição de imóveis usados, inclusive edificações constituintes de patrimônio histórico, que se encontrem vazios, abandonados ou subutilizados, conjugada com a execução de obras e serviços voltados à recuperação e ocupação para fins habitacionais, admitidas ainda obras e serviços necessários à modificação de uso.

Fonte: Caixa Econômica Federal, (2016).

Quadro 4 – Tipos de unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida Entidade (PMCMV-E)

Tipo	Descrição	Pessoa Física	Pessoa Jurídica
Concentradas	Unidades residenciais contíguas urbanas, que formam um conjunto habitacional	X	X
Pulverizadas	Unidades residenciais pulverizadas isoladas e dispersas em área urbana	X	Não é permitido

Fonte: Manual Minha Casa Minha Vida, (2016).

O PMCMV-E dispõe limite de Unidades Habitacionais (UH), conforme a população do município, analisando por empreendimento e executadas por Entidade Organizadora (EO), não podendo ultrapassar essas quantidades de limites, conforme demonstra a Tabela 4:

Tabela 4 – Limite de quantidade de Unidades Habitacionais (UH) por projeto.

População do Município	Limite de UH por empreendimento	Limite de UH executadas simultaneamente por Entidade Organizadora EO e/ou contíguas
Até 20.000 habitantes	50	200
Acima de 20.000 e até 50.000 habitantes	100	400
Acima de 50.000 e até 100.000 habitantes	300	1.200
Acima de 100.000 habitantes	500	2.000

Fonte: Manual Minha Casa Minha Vida, (2016).

Conforme a Tabela 5, os beneficiários do PMCMV-E irão pagar parcelas por um período de 120 meses, sendo a prestação mínima de R\$ 80,00 e máxima de R\$ 468,00, pois o valor máximo bruto da operação (casa ou apartamento), compreende em R\$ 96.000,00.

Tabela 5 – Condições do financiamento no âmbito do PMCMV-E

Renda Familiar Bruta Mensal (RFBM)	Prestação mensal
até R\$ 800,00	R\$80,00
de R\$ 800,01 a R\$ 1.200,00	10% da RFBM
de R\$ 1.200,01 a R\$ 1.800,00	25% da RFBM - R\$ 180,00
de R\$ 1.800,01 a R\$ 2.350,00	36% da RFBM - R\$ 378,00

Fonte: Manual Minha Casa Minha Vida, (2016).

A diferença entre o valor bruto e o valor líquido da prestação, o Fundo de Desenvolvimento Social assume a título de subsídio. (MANUAL MINHA CASA MINHA VIDA, 2016).

Conforme o déficit habitacional apresentado nas últimas décadas o Governo Federal, tem implantado programas de habitação através das políticas públicas de habitação, para o atendimento da população urbana e rural, principalmente para o atendimento à população de baixa renda, com renda familiar até 3 salários mínimo, sendo um desses o Programa Minha Casa Minha e o sub programa, Programa Minha Casa Minha Vida Entidade.

Todavia, apesar de o Governo Federal veicular propagandas espetaculares sobre os números e os benefícios do Programa Minha Casa, Minha Vida, várias questões sobre a realidade deste programa precisam ser analisados como, ao mesmo tempo que busca promover a inclusão, contraditoriamente acaba por ser excludentes, segregador, tanto quanto a segregação feita pelo próprio mercado. Pois representam uma negação ao direito a cidade, isso porque são conjuntos isolados em relação ao centro da cidade, como também pela ausência de elementos caracterizantes da cidade (comércio, vida noturna, espaços de vivência cultural, postos de trabalho, lazer, centros educacionais e de saúde, etc), não reverte o quadro de concentração fundiária nos espaços urbanos, as moradias e os sujeitos são tratados como mercadoria, beneficia as grandes empresas da construção civil, além do mais, promove a segregação socioespacial e a especulação imobiliária. (SILVA, 2017).

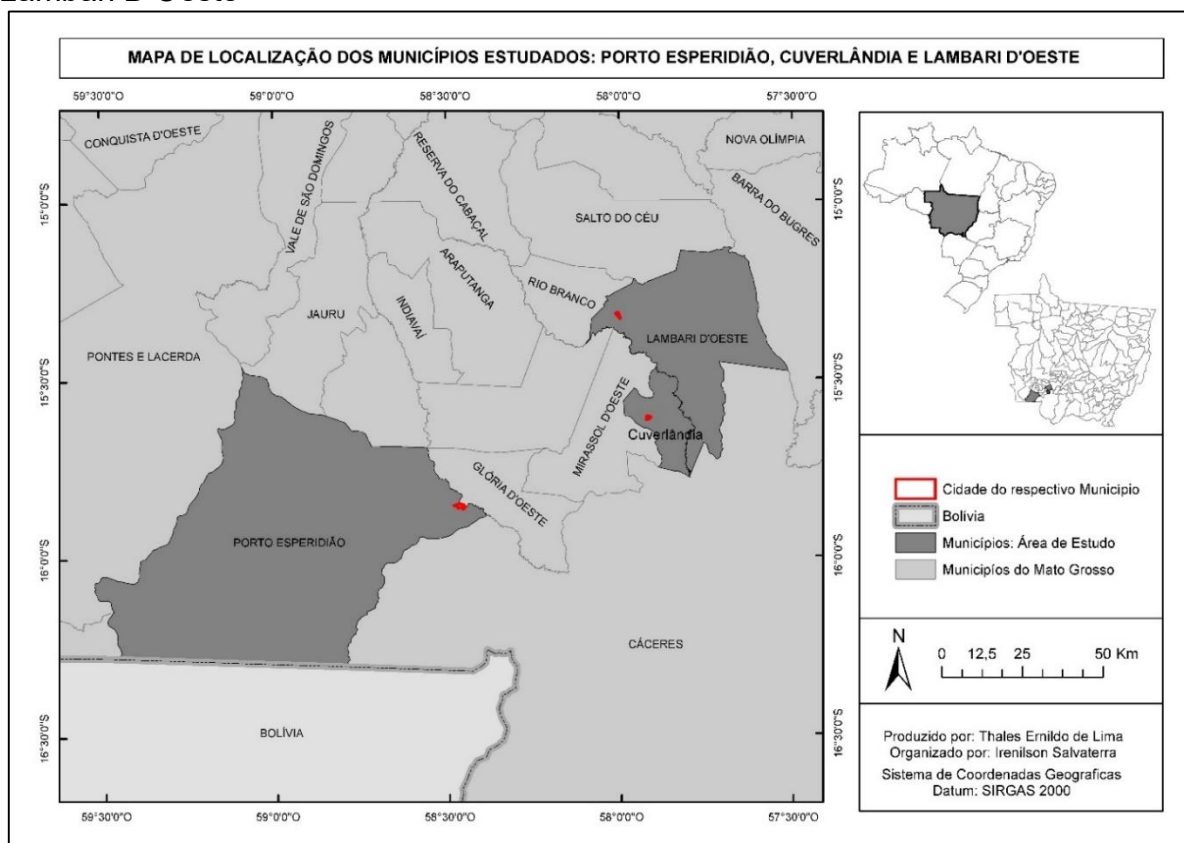
Parte desta análise será realizada, no capítulo a seguir, por meio da avaliação da implantação do PMCMV em três cidades da região de Planejamento Sudoeste de Mato Grosso.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do presente trabalho foram implementadas estratégias de investigação, com o intuito de obter o resultado, foram feitos levantamentos bibliográficos e pesquisa documental junto aos órgãos públicos para dar legitimidade à pesquisa. Em resposta à crise econômica de âmbito mundial, com início nos Estados Unidos, o governo brasileiro lançou em março de 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida, no setor da construção civil e apoiando também o setor de infraestrutura. (CARDOSO E ARAGÃO, 2013, p. 35).

Assim, para a presente investigação, foram analisados os conjuntos habitacionais implantados, na região de Planejamento Sudoeste de Mato Grosso, a partir de 2008, nos municípios de Porto Esperidião, Curvelândia e Lambari D'Oeste (Figura 2) e comparar entre si o desenvolvimento socioeconômico por terem sido beneficiados com o “Programa Minha Casa Minha Vida”.

Figura 2 – Localização dos municípios analisados: Porto Esperidião, Curvelândia e Lambari D'Oeste



Fonte: Lima e Salvaterra (2018)

A escolha dos municípios foi pelas proximidades para realização das análises da pesquisa, por fazerem parte da mesma Região de Planejamento. Terem o crescimento e decréscimo demográfico causado pela economia, tendo o Programa Habitacional com um suposto vetor do crescimento e desenvolvimento desses municípios.

Já para comparação sobre o desenvolvimento socioeconômico, foram analisados os dados como Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), com o intuito de constatar se houve ou não o desenvolvimento por parte desses indicativos nos respectivos locais da pesquisa.

Com o propósito de evidenciar o número de conjuntos habitacionais implantados nas cidades da região de Planejamento Sudoeste de Mato Grosso, foram feitos levantamentos bibliográficos, pesquisa em sites oficiais e pesquisa documental junto aos órgãos públicos, tais como: as prefeituras dos municípios, secretarias municipais, no sentido de obter documentos para comprovação que o referido município recebeu o Programa do Governo Federal.

O Programa Minha Casa Minha Vida é consequência de políticas institucionais para habitação propostos pelo Governo Federal, que mais recentemente surgiu como soluções sociais, na questão habitacional e econômica do País, conforme relata Gobbato (2015):

[...] os programas implantados no Brasil, tiveram preocupações no número de moradia e na questão econômica do país, na forma que seria financiado ou subsidiado, e ficando em segundo plano a população de baixa renda, não importando com o bem estar, características culturais e perspectiva de interação social. (GOBBATO, 2015 s/p).

Do mesmo modo é ressaltado por CIB & UNEP (apud AULICINO, 2008), na questão do déficit habitacional:

[...] Um problema frequente no Brasil é o déficit habitacional que pode ser subdividido em dois tipos: o déficit quantitativo, que seria a quantidade de unidades que precisam ser construídas para atender à demanda demográfica e o outro é o déficit qualitativo que representa a qualidade de unidades habitacionais consideradas inadequadas pela falta de infraestrutura, localização precária ou pelo excesso de pessoas. (CIB & UNEP, 2002 apud AULICINO, 2008, p. 4).

Neste sentido, é de se repensar o fator déficit habitacional, de maneira a melhorar o programa habitacional implantado pelo Governo Federal.

Para analisar os aspectos de localização, acessibilidade, serviços, comércio no espaço habitacional, buscou-se levantamento sobre a infraestrutura de comércio e serviços localizados nos conjuntos habitacionais, bem como as possibilidades de acesso as demais necessidades que têm os moradores, cuja estrutura (escolas, postos de saúde, supermercados, por exemplo) disponível se encontra fora ou no conjunto habitacional. Neste contexto, Martins (2007) salienta que:

A maioria das cidades brasileiras tem problemas com a falta de infraestrutura que possa garantir as necessidades básicas ao cidadão, garantidas na Constituição Federal, como habilitação, saneamento básico, água tratada, assistência médica, transporte, educação, entre outros. (MARTINS, 2007, p. 51).

A implantação de conjuntos habitacionais na contemporaneidade está sendo uma prática muito comum no processo de produção das cidades, sendo geralmente construídos distante da área central da cidade.

Conforme Moreira Junior (2010, p. 136) “a segregação urbana, portanto, relaciona o indivíduo com o meio no qual ele está inserido, em diferentes escalas: a rua, o bairro, a cidade”. Neste sentido a pesquisa fez investigação acerca da população dos conjuntos habitacionais visando analisar se elas se sentem parte da cidade, através de questionário estruturado, entrevista, pesquisa de campo nos conjuntos habitacionais, levantamentos bibliográficos e posterior análise dos dados levantados.

O questionário aplicado (anexo A), foi estruturado com base em Lima (2011), aplicado diretamente pelo pesquisador. É através deste que foi possível fazer diversas análises dos diferentes respondentes dos conjuntos habitacionais. Foram feitas perguntas abertas e fechadas, com o intuito de obter informações que contribuísse para o referido trabalho.

A obtenção de dados juntos as Prefeituras Municipais, foi com dificuldade, pois o primeiro contato foi via e-mails e telefonemas a fim de localizar a(s) pessoa(s) responsável(eis) pela pasta de habitação naquele órgão público, onde nos foi direcionado para diversas pessoas e setores, com isso ocasionando atraso nas informações para dar andamento no trabalho.

Após os contatos via telefone e e-mails, primeiramente, deslocou-se até a cidade de Porto Esperidião, e através da Prefeitura do município, via Secretaria de Ação Social, obteve-se de forma verbal, quais eram os conjuntos habitacionais existentes, quantidade de unidades, anos de entrega e demais informações, não sendo necessário nenhum tipo de documento oficial para solicitação das informações. Foi necessário deslocar até aquela cidade por mais duas vezes, em busca de informações e aplicação do questionário.

Na cidade de Curvelândia, como já mencionado anteriormente buscou-se informações primeiramente via telefone, para facilitar a ida até a referida cidade. Foram realizadas três visitas àquela cidade em busca de informações, e a resposta que tinha era que o responsável pela pasta de Habitação estava ausente, não tendo data de retorno ao serviço, e que também pela transição do Governo Municipal a referida pasta não tinha nenhuma indicação para gestão da mesma. As informações necessárias obtidas na Prefeitura foi de forma verbal, junto à Secretaria de Ação Social.

Para aplicação do questionário nos conjuntos habitacionais, como é caso de Porto Esperidião e Curvelândia, foi realizado com menos dificuldade, pelo motivo das residências se encontrarem próximas umas das outras.

Já na cidade de Lambari D'Oeste, em contato com a Prefeitura do município através da Ouvidoria, obtivemos a informação que existiam 40 (quarenta) unidades em forma de conjunto habitacional, mas quando da visita a campo para aplicação do questionário, as unidades habitacionais não eram em forma de conjuntos habitacionais e sim na modalidade pulverizada, ou seja, a construção da unidade ocorreu dentro do terreno já existente de cada beneficiário.

Sendo assim a aplicação do questionário ocorreu com mais dificuldade, pois as residências ficavam uma distante da outra e para saber o endereço das unidades habitacionais, foi preciso ajuda da funcionária da secretaria de ação social, na qual cedeu os nomes dos beneficiários e indicando como chegar em algumas casas, e após as localizações, foi também com ajuda dos beneficiários que fui encontrando os demais, tendo em vista que na cidade a maioria dos moradores se conhecem. A

obtenção das informações junto a prefeitura e secretaria de ação social, ocorreu de forma verbal. Quanto a visita a campo na cidade de Lambari D'Oeste, foi necessário ir por três vezes.

Conhecendo-se a quantidade de unidade habitacional por conjunto habitacional e por município (Tabela 6), utilizou-se a fórmula apresentada por Steveson (1981) para dimensionar o tamanho da amostra e aplicar os questionários:

Tabela 6 – Quantidade de unidade habitacional por conjunto habitacional e por município.

Municípios	Nº Conjuntos Habitacionais	Quantidades informadas	Quantidade real
Porto Esperidião	02	99 / 100	199
Curvelândia	01	50	27**
Lambari D'Oeste*	-	40	40
Total	03	289	266

*Nesse município a modalidade das residências é de forma pulverizada.

** Número diferente do informado pela Prefeitura do município (50).

Fonte: Salvaterra (2017)

(1)

$$n = \frac{\sigma^2 p \cdot q \cdot N}{e^2 (N-1) + \sigma^2 p \cdot q}$$

Onde:

n = tamanho da amostra;

σ = nível ou intervalo de confiança (IC) escolhido, expresso em número de desvio padrão;

p = porcentagem com a qual o fenômeno será verificado (estimativa prévia realizada pelo pesquisador);

q = porcentagem complementar;

N = tamanho da população;

e = erro máximo permitido.

Para o dimensionamento da amostra, considerou-se uma margem de erro de 4%, com nível de confiança de 95%, o que significa que entre os entrevistados, a pesquisa tem 95% de chance de estar correta. Já a estimativa prévia (p) para realizar as entrevistas foi de 95%, tendo em vista que era grande a probabilidade de participação dos moradores, uma vez que aquele que recusasse a responder ao

questionário poderia ser substituído, já que a pesquisa, quantitativa, não teve por objetivo identificar especificamente o entrevistado, mas apresentar os resultados no contexto geral.

Como resultado da fórmula, um total de 78 questionários foram aplicados nos dois conjuntos habitacionais e nas unidades pulverizadas em estudo, sendo em função da proporcionalidade, 56 em Porto Esperidião, 11 em Lambari D'Oeste e 11 em Curvelândia (Tabela 7).

Tabela 7 – Questionários aplicados

Município	Questionários aplicados	%
Porto Esperidião	56	71,79
Curvelândia	11	14,1
Lambari D'Oeste	11	14,1
Total	78	99,99

Fonte: Salvaterra (2017)

Foram através dessas metodologias que a pesquisa se balizou, buscando o melhor resultado para responder os objetivos do trabalho.

6 CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO DO SUDOESTE DE MATO GROSSO E DOS MUNICÍPIOS EM ANÁLISE

A região de Planejamento Sudoeste de Mato Grosso (Figura 3) é composta pelos municípios de: Araputanga, Cáceres, Campos de Júlio, Comodoro, Conquista D'Oeste, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu, São José dos Quatro Marcos, Sapezal, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade. (SEPLAN, 2017).

Figura 3 - Localização da Região de Planejamento do Sudoeste de Mato Grosso (Região de Planejamento VII)



Fonte: CES|SEPLAN-MT. Elaboração: CES|SEGE|SI|SEPLAN-MT (2017).

Quanto a população da região, essa apresentou 309.442 habitantes, no ano de 2010, sendo 75% situada na zona urbana e 25% na zona rural, representando 10% da população de Mato Grosso, no mesmo ano. Já para o ano de 2015 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estimou uma população de 323.019,

sendo assim o crescimento populacional da região no período de 2010/2015 foi de 0,86% (Tabela 8).

Os municípios que obtiveram maior taxa de crescimento no período de 2010/2015, foram: Sapezal (4,61%) e Campos de Júlio (3,61%), índice bastante elevado em relação aos demais municípios. Nesses municípios os resultados se destacam pelo motivo do setor econômico oferecer emprego, mais precisamente na agricultura de grãos e sendo uma região de expansão agrícola do Estado.

Tabela 8 – Taxa geométrica de crescimento da população total dos Municípios, Região de Planejamento (RP) e Mato Grosso, 2015.

Municípios/RP/UF	População Total 2010	População estimada em 2015	Taxa de crescimento geométrico (%) 2015/2010
Araputanga	15.342	16.047	0,90
Cáceres	87.942	90.518	0,58
Campos de Júlio	5.154	6.155	3,61
Comodoro	18.178	19.536	1,45
Conquista D'Oeste	3.385	3.737	2,00
Curvelândia	4.866	5.066	0,57
Figueirópolis D'Oeste	3.796	3.549	-1,34
Glória D'Oeste	3.135	3.023	-0,72
Indiavaí	2.397	2.543	1,19
Jauru	10.455	9.241	-2,44
Lambari D'Oeste	5.431	5.767	1,21
Mirassol D'Oeste	25.299	26.369	0,83
Nova Lacerda	5.436	6.052	2,17
Pontes e Lacerda	41.048	43.235	0,87
Porto Esperidião	11.031	11.464	0,77
Reserva do Cabaçal	2.572	2.630	0,45
Rio Branco	5.070	5.044	-0,10
Salto do Céu	3.908	3.502	-2,17
São José dos Quatro Marcos	18.998	18.622	-0,40
Sapezal	18.094	22.665	4,61
Vale de São Domingos	3.052	3.040	-0,08
Vila Bela da Santíssima Trindade	14.493	15.274	1,06
RP VII - Sudoeste	309.442	323.019	0,86
Mato Grosso	3.035.122	3.265.486	1,47

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010; IBGE, Estimativa da População 2015.

Elaboração: CES|SEGE|SI|SEPLAN-MT.

Já para nos municípios que aparecem com taxa de decréscimo, sendo eles: Jauru (-2,44%), Salto do Céu (-2,17%), Figueirópolis D'Oeste (-1,34%), é reflexo da vaga de emprego, pessoa de 18 anos ou mais economicamente ativa que em 2000 era de 50,65% passando para 51,89% em 2010 (PNUD, 2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), são indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: Longevidade, Educação e Renda. (ATLAS BRASIL).

A região de Planejamento Sudoeste de Mato Grosso, apresentou no ano de 2000, cinco municípios classificados como Muito Baixo, 14 como Baixo e três como médio. Já para o ano de 2010, foi registrado índice bastante considerado, pois dez estavam com nível Alto e 12 classificados como Médio. Com isso o IDHM da região avançou de 0,555 (2000) para 0,698 (2010), aumento de 26%, assumindo a sétima posição entre as 12 regiões de Planejamento de Mato Grosso. Esse resultado se deu pelo resultado da evolução do IDHM educação que avançou 64%. (SEPLAN, 2017).

Os municípios que apresentaram alto índice no IDHM (2000/2010), foram, Campos de Júlio (0,744), Sapezal (0,732) e Araputanga (0,725), os dois primeiros tiveram índice maior que do Estado (0,725) e do país (0,727). Dentre os as dimensões (Longevidade, Educação e Renda), esses municípios apresentaram melhor resultado no IDHM educação. Os menores indicadores apresentados na região foram os municípios de Lambari D'Oeste (0,627), Nova Lacerda (0,636) e Vila Bela da Santíssima Trindade (0,654). Como consequência do baixo índice apresentado por esses municípios, o IDHM educação teve a maior influência. (SEPLAN, 2017).

Quanto ao aspecto econômica região, esse foi representado através do Produto Interno Bruto (PIB) (Tabela 9) e pelo Valor Adicionado Bruto (VAB) (Tabela 10), pelos setores econômicos da região. No ano de 2014 o PIB da região totalizou R\$ 8,4 bilhões, representando 8,3% do Estado. A atividade que apresentou maior participação é a de Serviço (exceto Administração Pública) com 36,6% do Valor Adicionado Bruto (VAB), seguido pela Agropecuária com 29,8%, Administração Pública com 18,7% e a indústria com 14,9%. Os municípios que tiveram maior participação no PIB da região foram: Sapezal (21,2%), Cáceres (16,9%), Campos de Júlio (11,3%) e Pontes e Lacerda (10,7%), totalizando 60,2% do PIB da região. Consequência desses resultados se deu da participação desses municípios na atividades do Valor Adicionado Bruto (VAB), como, a agropecuária e serviços (Adm. Pública). (SEPLAN, 2017). Sapezal e Campos de Júlio, se destacam principalmente na produção da agricultura de grãos e expansão agrícola. (FERREIRA, 2011, p. 165).

As menores participação no PIB de 2014, foram os municípios de: Indiavaí (0,5%), Vale de São Domingos (0,5%) e Figueirópolis D'Oeste (0,6%). O baixo índice desses municípios, são resultados do Valor Adicional Bruto em 2014. (SEPLAN, 2017).

Tabela 9 – Produto Interno Bruto (PIB) a preço corrente dos municípios da Região de Planejamento (RP) e Mato Grosso 2014.

Municípios/RP/UF	PIB 2014 (R\$ 1.000)	Var. (%) 2014/2010	Taxa média de crescimento anual (%) 2010/2014	Part. (%) PIB Mun/ PIB RP 2014
Campos de Júlio	948.859	214,0	33,1	11,3
Reserva do Cabaçal	219.853	211,4	32,8	2,6
Sapezal	1.778.671	114,8	21,1	21,2
Curvelândia	77.118	83,5	16,4	0,9
Pontes e Lacerda	897.938	80,6	15,90	10,7
Vila Bela da Santíssima Trindade	366.054	70,4	14,3	4,4
Mirassol d'Oeste	564.984	64,2	13,2	6,7
Comodoro	394.754	63,3	13,0	4,7
São José dos Quatro Marcos	343.333	58,8	12,3	4,1
Cáceres	1.421.643	58,7	12,2	16,9
Salto do Céu	51.173	46,7	10,1	0,6
Vale de São Domingos	44.960	46,7	10,1	0,5
Indiavaí	38.656	39,1	8,6	0,5
Glória D'Oeste	51.082	37,9	8,4	0,6
Rio Branco	62.649	34,0	7,6	0,7
Porto Esperidião	157.444	25,3	5,8	1,9
Figueirópolis D'Oeste	49.843	20,2	4,7	0,6
Araputanga	343.654	20,0	4,7	4,1
Lambari D'Oeste	181.900	17,5	4,1	2,2
Conquista D'Oeste	59.852	17,2	4,1	0,7
Jauru	217.088	5,5	1,3	2,6
Nova Lacerda	118.761	4,8	1,2	1,4
RP VII – Sudoeste	8.390.269	74,5	14,90	100
Mato Grosso	101.234.520	78,9	15,6	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010; IBGE, Estimativa da População 2015.
Elaboração: CES|SEGE|SI|SEPLAN-MT.

Tabela 10 – Valor Adicionado Bruto (VAB) dos municípios, Região de Planejamento (RP) e Mato Grosso, 2014.

Municípios/RP/UF	VAB 2014 (R\$ 1.000)	Var. (%) 2014/2010	Part. (%) das atividades no VAB 2014			
			Agropecuária	Indústria	Serviços (exceto Adm. Pública)	Adm. Pública
Rio Branco	56.957	34,0	9,5	5,0	42,7	42,7
Vale de São Domingos	41.839	47,1	34,6	8,7	17,8	38,9
Indiavaí	36.170	48,6	19,4	25,6	16,1	38,9
Salto do Céu	47.967	47,6	35,7	3,3	22,5	38,6
Conquista D'Oeste	53.133	17,1	12,9	5,9	42,70	38,5
Figueirópolis D'Oeste	46.267	23,3	29,1	6,1	26,8	37,9
Porto Esperidião	145.408	25,4	33,8	5,2	24,8	36,1
Glória D'Oeste	47.536	41,8	38,9	3,8	25,1	32,1
Curvelândia	73.686	87,4	35,1	13,5	19,8	31,6
Nova Lacerda	108.368	3,4	31,4	16,6	22,5	29,5
Cáceres	1.291.674	60,7	10,3	9,7	51,7	28,3
Comodoro	358.097	66,1	29,8	6,8	37,9	25,5
São José dos Quatro Marcos	315.506	60,2	13,4	21,9	39,8	25
Pontes e Lacerda	798.973	83,3	9,7	19,7	48,1	22,5
Araputanga	316.674	19,7	7,5	33,3	36,7	22,5
Vila Bela da Santíssima Trindade	341.167	73,3	24,6	33,4	20,2	21,8
Mirassol d'Oeste	509.910	66,9	10,0	24,7	43,6	21,7
Jauru	206.709	4,2	10,9	47,0	20,8	21,3
Lambari D'Oeste	172.217	24,3	57,3	10,6	16,2	15,8
Reserva do Cabaçal	214.050	215,7	88,5	0,9	3,8	6,8
Sapezal	1.639.765	122,2	51,6	8,9	32,8	6,7
Campos de Júlio	881.115	231,3	49,2	11,6	35,0	4,3
RP VII – Sudoeste	7.703.190	77,8	29,8	14,9	36,60	18,7
Mato Grosso	90.811.40	2	21,0	17,4	45,4	16,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010; IBGE, Estimativa da População 2015.

Elaboração: CES|SEGE|SI|SEPLAN-MT.

Para o emprego e renda da Região e participação no total do Estado, esse teve um pequeno aumento, contribuiu com 7,63%, em 2010 dos empregos formais para 7,74% em 2015. Neste mesmo período, a região apresentou um incremento de 23,7%, na geração de empregos, enquanto que o estado esse incremento foi de 22% (Tabela 11). Destaque nesse período foi para o município de Campos de Júlio que apresentou um incremento de 104,4%, tendo em vista o setor econômico do município, mais especificamente a agricultura atrair pessoas a procura de emprego, e em contrapartida o município de Pontes e Lacerda obteve o pior resultado (-12,9%) na

taxa de crescimento, pois considera-se, para esse índice a migração de pessoas para outros municípios a procura de emprego, como por exemplo Campos de Júlio e Sapezal.

Tabela 11 – Número de empregos formais por municípios, Região de Planejamento (RP) e Mato Grosso, 2010 a 2015.

Municípios/RP/UF	2010	2015	Var. (%) 2015/2010	Taxa Média de Crescimento anual (%)
Araputanga	3.156	3.561	12,8	2,4
Cáceres	11.970	14.491	21,1	3,9
Campos de Júlio	1.447	2.958	104,4	15,4
Comodoro	3.048	3.398	11,5	2,2
Conquista D'Oeste	596	574	-3,7	-0,7
Curvelândia	294	440	49,7	8,4
Figueirópolis D'Oeste	452	519	14,8	2,8
Glória D'Oeste	260	360	38,5	6,7
Indiavaí	284	394	38,7	6,8
Jauru	845	957	13,3	2,5
Lambari D'Oeste	1.130	1.167	3,3	0,6
Mirassol D'Oeste	2.040	2.726	33,6	6,0
Nova Lacerda	5.102	5.077	-0,5	-0,1
Pontes e Lacerda	993	865	-12,9	-2,7
Porto Esperidião	6.298	9.798	55,6	9,2
Reserva do Cabaçal	1.414	1.433	1,3	0,3
Rio Branco	3.007	2.716	-9,7	-2,0
Salto do Céu	226	291	28,8	5,2
São José dos Quatro Marcos	586	575	-1,9	-0,4
Sapezal	459	523	13,9	2,6
Vale de São Domingos	6.268	8.869	41,5	7,2
Vila Bela da Santíssima Trindade	239	295	23,4	4,3
RP VII – Sudoeste	50.114	61.987	23,70	4,3
Mato Grosso	656.542	800.822	22,0	4,1

Fonte: MTE|RAIS, 2016. Elaboração: CES|SEGE|SI|SEPLAN-MT.

Em relação aos municípios em estudo, observa-se que, o município de Porto Esperidião integra a região de Planejamento Sudoeste de Mato Grosso, fazendo parte da microrregião de Jauru e da mesorregião Sudoeste Mato-grossense. A população municipal é constituída por 11.031 habitantes, sendo 4.203 urbano e 6.828 rural, distribuídos numa extensão territorial de 5.809,776 km², correspondendo a uma densidade populacional de 1,9 hab. km², conforme IBGE (2010).

O município entre o ano de 2000 e 2010, em relação a demografia, cresceu uma taxa média anual de 0,99%, enquanto que o Brasil a taxa média foi de 1,17%, no

mesmo período. A taxa de urbanização no mesmo período cresceu de 3.481 (34,82%) para 4.203 (38,10%), sendo assim, ainda menor do que a população rural que no ano de 2000 era de 6.515 (65,18%) para 6.828 (61,90%) (PNUD, 2013), demonstrando que o município a maioria da população vive na zona rural.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas (PNUD) é de 0,652 no ano de 2010, colocando o município de Porto Esperidião em 124º lugar no ranking estadual. Para a composição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), considera-se os seguintes componentes: educação, longevidade e renda. (PNUD, 2013).

A Tabela 12, demonstra a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes onde, no ano de 2000, o índice era 0,478, passando, no ano de 2010, para 0,652, com uma taxa de crescimento de 36,40%. O limite máximo do índice é de 1, neste sentido, entre os anos de 2000 a 2010, o componente do índice que mais cresceu em termos absoluto foi a educação (0,268), seguido da longevidade (0,099) e renda (0,051). (PNUD, 2013).

Tabela 12 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e componentes do município de Porto Esperidião.

Componentes / Ano	2000	2010
IDHM	0,478	0,652
IDH EDUCAÇÃO	0,255	0,523
IDH LONGEVIDADE	0,696	0,795
IDH RENDA	0,615	0,666

Fonte: PNUD (2013).

Porto Esperidião tem sua sede municipal situada à margem direita do rio Jauru, distante 317 km da capital do Estado Cuiabá. Sua economia baseia-se na agricultura de arroz, milho, e algodão, sustentados por lavoura de subsistência e pecuária semi-intensiva, no sistema de cria, recria e corte. (IBGE, 2010).

O nome de Porto Esperidião foi em homenagem ao engenheiro Manoel Esperidião da Costa Marques, em 1920, importante político tendo participado da redação Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, nascido em Poconé. Inicialmente denominado de Porto Salitre, pelo então Marechal Rondon onde esse instalou um posto de telégrafo às margens do rio Jauru e em meados de 1950 esse

foi desativado. Em 13 de maio de 1986, passou a ser município pela Lei Estadual nº 5012. (IBGE, 2010).

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) do município de Porto Esperidião, conforme Tabela 14, no período de 2000, 2010 e 2015, houve um aumento nesse índice, devido ao crescimento das atividades no seguimento da produção que somados apresentam o valor do PIB, são eles: agropecuária, indústria, serviços, administração e impostos.

No ano de 2000 a agropecuária com valor de R\$ 22.804, teve um maior destaque dentre os indicadores, O IBGE não apresentou qual atividade dentro da agropecuária teve melhor índice. Em 2010, novamente a agropecuária com valor de R\$ 39.086 se destacou entre os indicadores, tendo a pecuária como atividade com maior valor. Conforme Soares (2014) em sua análise no anos de 2006 e 2011, o setor da agropecuária encontrava-se em ritmo de crescimento, nas atividades de pecuária extensiva e plantio de cana-de-açúcar, considerando em 2011, a utilização de 160 mil hectares de terra produzindo 9.940 toneladas. Sendo essa produção destinada a usina de álcool na cidade de Mirassol D'Oeste. (SOARES, p. 175, 2014).

Já no ano de 2015, o indicador que teve maior destaque foi a administração pública com valor de R\$ 58.384, nas atividades de administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social. (IBGE, 2010 e 2015).

Tabela 13 – Produto Interno Bruto (PIB) e setores do Município de Porto Esperidião (2000, 2010 e 2015) (Valor R\$ 1.000)

Ano	PIB / Setores					
	Agrop.	Ind.	Serv.	Adm. pública	Impostos	PIB
2000	22.804	1.789	15.433	0	360	40.386
2010	39.086	19.037	24.836	32.964	9.773	125.697
2015	53.204	9.709	41.985	58.384	11.651	174.932

Fonte: IBGE (2010 e 2015).

Conforme o Atlas Brasil (2010), 40,15% das pessoas na faixa etária de 18 anos ou mais trabalhavam no setor agropecuário, setor que se destaque na composição do PIB do município, seguido dos setores da indústria extrativista (0,63%), indústria da transformação (3,95%), construção civil (7,10%), utilidades públicas (0,62%), comércio (8,23%) o setor de serviços (30,66%).

O município de Curvelândia integra a região de Planejamento do Sudoeste de Mato Grosso, fazendo parte da microrregião do Alto Pantanal e da mesorregião Sudoeste Mato-grossense. A população municipal é constituída por 4.866 habitantes, sendo 2.894 residentes urbano e 1.972 residentes na zona rural distribuídos numa extensão territorial de 359,031 km², correspondendo a uma densidade populacional de 13,53 hab. km², conforme IBGE (2010). A densidade demográfica do município entre 2000 e 2010, elevou a uma taxa média anual de 0,70%, enquanto que no Brasil foi de 1,17%. Passando de 24,56% para 59,47% a taxa de urbanização no mesmo período. (PNUD, 2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas (PNUD) é de 0,690 no ano de 2010, colocando o município de Curvelândia em 69º lugar no ranking estadual. (PNUD, 2013).

A Tabela 15, demonstra a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes, onde, no ano de 2000 o índice era 0,530, passando no ano de 2010, para 0,690, com uma taxa de crescimento de 30,19%. Neste sentido entre os anos de 2000 a 2010, esse índice foi reduzido para 65,96% e o componente do índice que mais cresceu em termos absoluto foi a educação (0,269), seguido da longevidade (0,088) e renda (0,064). (PNUD, 2013).

Tabela 14 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e componentes do município de Curvelândia

Componentes / Ano	2000	2010
IDHM	0,530	0,690
IDH EDUCAÇÃO	0,346	0,615
IDH LONGEVIDADE	0,723	0,811
IDH RENDA	0,594	0,658

Fonte: PNUD (2013).

Distante 311 km da capital do estado, Cuiabá, com acesso via terrestre através da MT 170 e BR 174 e 070. A economia do município baseia-se na pecuária, hortifrutigranjeiros, indústria (micro e pequenas empresas) e agricultura. A base econômica é a agropecuária de larga escala na pecuária de corte e leiteira. A produção de leite é produzida pelos mini e pequenos produtores mesmo com rebanho reduzido. (CURVELÂNDIA, 2017).

Em seu princípio histórico a localidade era denominada de “Lagoa dos Patos”, devido à grande quantidade dessas aves povoarem a pequena lagoa junto à comunidade. Mais tarde essa comunidade ficou conhecida como “Curva do Boi”, surgido nos anos 1970 onde, naquele período, a boiada era guiada por comitivas pelas estradas e naquelas imediações da estrada havia uma curva, onde, repentinamente surgiu um ônibus atropelando e matando bois. (CURVELÂNDIA, 2017).

Nas grandes fazendas o rebanho é utilizado para cria, recria e engorda. Os produtos de hortifrutigranjeiros são comercializados na feira livre da cidade de Cáceres em sua maioria. (CURVELÂNDIA, 2017)

As micros e pequenas empresas desempenham função muito importante na fonte econômica para o município com geração de emprego e arrecadação tributária, são elas: olarias, serrarias, máquina de beneficiamento de arroz, indústrias de móveis, indústrias de carrocerias, laticínios e indústrias de ração. Sua agricultura baseia-se no arroz, feijão, milho cana-de-açúcar, mandioca, laranja, coco da bahia, café, seringa e banana, para autoconsumo. (CURVELÂNDIA, 2017).

Anterior a emancipação do município no ano de 1995, políticos municipais e moradores de Lambari D'Oeste, reuniram e se posicionaram contra a emancipação de Curvelândia alegando que o município havia investido em grande número na saúde, educação, telefonia e malha viária, não havendo então a necessidade da emancipação. (CURVELÂNDIA, 2017).

Em 1998 o município de Curvelândia foi criado pela Lei Estadual nº 6981, de 28 de janeiro, de autoria do Deputado José Lacerda, sendo assim desmembrado dos municípios de Cáceres, Mirassol D'Oeste e Lambari D'Oeste. (CURVELÂNDIA, 2017).

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) do município de Curvelândia, conforme tabela 12, no período de 2001, 2010 e 2015, observa-se que houve um crescimento nesse índice, devido crescimento dos componentes: agropecuária, indústria, serviços e impostos. No ano de 2001 a atividade de serviço com valor de R\$ 5.895, teve um maior destaque dentre os indicadores. No ano de 2000 o IBGE não apresentou resultado do PIB, tendo em vista a emancipação ocorrer no ano de 1998. No ano de 2010 o indicador de serviços com as atividades da administração, defesa, educação

e saúde públicas e seguridade social apresentaram o valor de R\$ 14.916 destacando entre os indicadores. Já no ano de 2015, o indicador que teve maior destaque foi da agropecuária com valor de R\$ 51.646, tendo como destaque a agricultura. (IBGE, 2000, 2010 e 2015)

Tabela 15 – Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Curvelândia (2000, 2010 e 2015) (Valor em R\$ 1.000)

Ano	PIB / Setores					
	Agrop.	Ind.	Serv.	Adm	Impostos	PIB
2001	2.684	479	5.895		75	9.133
2010	11.300	3.937	9.160	14.916	2.710	42.022
2015	51.646	12.120	17.744	25.808	4.083	111.402

Fonte: IBGE (2001, 2010 e 2015).

O município de Cuvelândia, nos períodos e dados analisados, como: IDH, densidade demográfica e PIB, podemos perceber que gradativamente o números apresentados foram crescendo, devido a renda, longevidade, educação, economia entre outros que somam para o crescimento do município.

O município de Lambari D'Oeste integra a região Sudoeste de planejamento do estado de Mato Grosso, fazendo parte da microrregião de Jauru e da mesorregião Sudoeste de Mato-grossense. (PNUD, 2013). A população municipal é constituída por 5.431 habitantes, sendo 2.895 na zona urbana e 2.536 na zona rural, distribuídos numa extensão territorial de 1.765,077 km², correspondendo a uma densidade populacional de 3,08 hab./Km², conforme IBGE (2010). A densidade demográfica do município entre 2000 e 2010, conforme tabela 14, elevou a uma taxa média anual de 0,95%, enquanto que no Brasil foi de 1,17% no mesmo período. Passando de 35,85% para 53,31% a taxa de urbanização no mesmo período. (PNUD, 2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas (PNUD) é de 0,627 (2013), colocando o município de Lambari D'Oeste em 131º lugar no ranking estadual. (PNUD, 2013), na qual situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio, entre 0,600 e 0,699, para composição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), considera-se os seguintes componentes: educação, longevidade e renda. (PNUD, 2013).

A tabela 16, demonstra a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e seus componentes, onde no ano de 2000 o índice era 0,472, passando no ano de 2010, para 0,627, com uma taxa de crescimento de 32,84%. O limite máximo do índice é de 1, neste sentido entre os anos de 2000 a 2010, esse índice foi reduzido 70,64% e o componente do índice que mais cresceu no período em termos absoluto foi a educação (0,203), seguido da longevidade (0,99) e renda (0,92). (PNUD, 2013).

Tabela 16 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e componentes do município de Lambari D'Oeste.

COMPONENTES/ANO	2000	2010
IDHM	0,472	0,627
IDH EDUCAÇÃO	0,264	0,467
IDH LONGEVIDADE	0,688	0,787
IDH RENDA	0,578	0,670

Fonte: PNUD (2013).

Distante 326 km da capital mato-grossense Cuiabá. Onde é o atual município era conhecido como Gleba Cerejeira, este adquirido e loteado pela família Fidelis, mais tarde denominado de Lambari, no ano de 1956 por um dos fundadores da localidade, Sr Luís Vitorazzi. (IBGE, 2010).

A economia do município baseia-se na agropecuária com destaque para pecuária semi-extensiva e produção agrícola. Agricultura permanente que caracteriza nas culturas borracha e tangerina. Para a produção agrícola de grãos tem-se o arroz (em casca), feijão, milho e soja. Já a agricultura temporária é caracterizada na cultura de milho, mandioca, com destaque para a cana-de-acúcar. (IBGE, 2010).

O município foi criado pela Lei Estadual nº 5,914, de 20 de dezembro de 1991, denominado Lambari D'Oeste, o termo Oeste foi para diferenciar outro município existente no Estado de São Paulo. Nesse mesmo período foi desmembrado do município de Rio Branco da qual era distrito e do município de Cáceres. (IBGE, 2010).

Produto Interno Bruto (PIB) do município de Lambari D'Oeste, conforme tabela 17, no período de 2000, 2010 e 2015, observa-se que houve um crescimento nesse índice, principalmente no período de 2000 a 2010, devido crescimento dos componentes: agropecuária, indústria, serviços e impostos. No ano de 2000 a

atividade de agropecuária com valor de R\$ 9.912, teve um maior destaque dentre os indicadores. No ano de 2010 a agropecuária tem novamente o maior índice dos componentes, apresentando o valor de R\$ 77.028, tendo como destaque a atividade da agricultura. Já no ano de 2015, o indicador agropecuária novamente apresenta maior destaque dentre os indicadores com valor de R\$ 100.826, tendo como destaque a atividade de agricultura. (IBGE, 2000, 2010 e 2015).

Tabela 17 – Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Lambari D'Oeste. (2000, 2010 e 2015) (Valor em R\$ 1.000)

Ano	PIB / Setores					PIB
	Agrop.	Ind.	Serv.	Adm	Impostos	
2000	9.912	6.391	7.290	0	516	24.110
2010	77.028	20.329	23.715	17.532	16.163	15.767
2015	100.826	29.221	29.025	30.249	7.413	196.734

Fonte: IBGE (2000, 2010 e 2015).

O município de Lambari D'Oeste, conforme dados analisados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Densidade Demográfica e Produto Interno Bruto (PIB). Verifica-se que todos tiveram crescimento, mas o que mais cresceu dentro dos anos analisados em termos de números foi o PIB, melhorando a economia do município.

Comparando o crescimento populacional e evolução do PIB e do IDHM dos três municípios em análise observou-se que a população de Porto Esperidião de sua totalidade somente 38,1% (2010) reside na zona urbana, considerando assim um município rural. Ao contrário de Curvelândia e Lambari D'Oeste onde a população em sua maior parte reside na zona urbana, sendo 59,5% e 53,3% no ano de 2010.

Quanto PIB dos municípios analisado nos anos de 2000, 2010 e 2015, o município de Curvelândia, apresentou o PIB de 9.133 (2001) e 111.402 (2015), com uma taxa de crescimento de 1.120% no período, incrementado pelo setor da agropecuária.

Já para o IDHM, o município de Porto Esperidião apresentou um índice de 0,478 (2000) e 0,652 (2015), taxa de crescimento de 36,40%. Lambari D'Oeste com IDHM de 0,472 (2000) e de 0,627 (2015), com isso obtendo uma taxa de crescimento de 32,84% no período analisado. O município de Curvelândia apresentou um IDHM de 0,530 (2000) e 0,690 (2015), para uma taxa de crescimento de 30,19% no período.

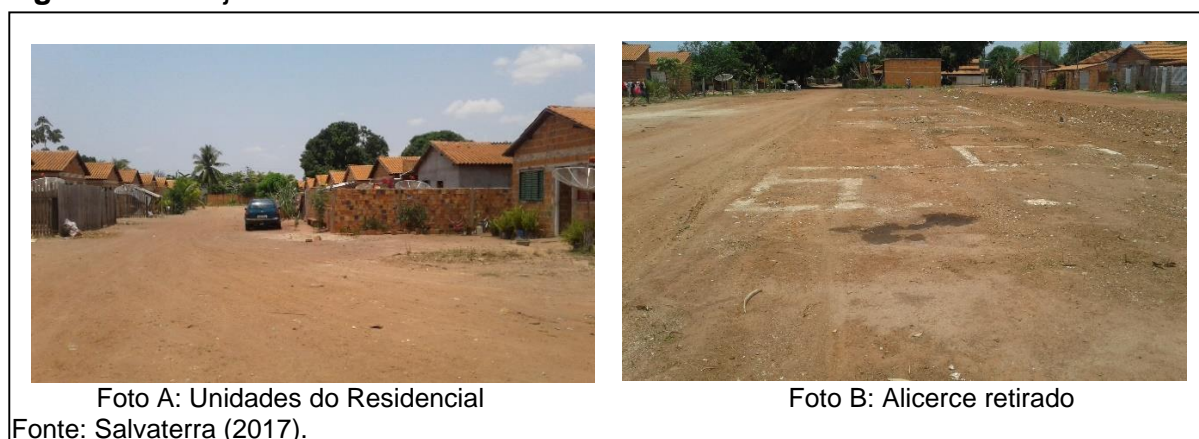
Para os municípios analisado, o IDHM educação foi que melhor desenvolveu no período, dentre longevidade e renda, sendo o desenvolvimento desses componentes analisados conjuntamente, resulta no IDHM.

7 CARACTERIZAÇÃO E RESULTADO DA ENTREVISTA JUNTO AOS MORADORES DOS CONJUNTO HABITACIONAIS ANALISADOS:

7.1 Caracterização do conjunto habitacional Xandico de Barros, em Curvelândia

Na cidade de Curvelândia, conforme a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Ação Social, o conjunto habitacional Xandico de Barros (Figura 4), foi construído em 2010, com 50 (cinquenta) unidades habitacionais existentes advindas do Programa Minha Casa Minha Vida, mas que em visita a campo para realização das entrevista, foi detectado que só existem 27 (vinte e sete) unidades habitacionais (foto A) e que as demais faltante estariam com sua base (alicerce) prontas. Porém conforme relato de moradores do Residencial, uma máquina da Prefeitura teria feito a retirada dessa base (Foto B), e esses não souberam relatar tais motivos do serviço feito pela Prefeitura.

Figura 4 – Conjunto habitacional Xandico de Barros em Curvelândia



De acordo com relato de moradores o conjunto habitacional ainda não foi entregue às famílias beneficiadas, pois esse estava abandonado e houve ocupação pelas famílias que moram atualmente no conjunto habitacional, e relataram que não possuem nenhum tipo de documento. Já na Secretaria de Ação Social fomos informados que o prefeito está buscando melhoria para o devido conjunto, não revelando mais detalhes.

Conforme figura 5, a localização do conjunto habitacional em relação à distância, desse ao centro da cidade é considerada perto, em média 600 metros, devido o perímetro urbano de Curvelândia ser de tamanho pequeno.

Figura 5 – Localização do conjunto habitacional Xandico de Barros, em Curvelândia.



Fonte: Adaptado do Google Earth, (2017).

Quanto a comércio, creche, escola entre outros, e infraestrutura como, esgoto, água, luz, asfalto e conforme já citado esses não possuem no conjunto habitacional. Diante da inexistência dos equipamentos e infraestrutura se dá pelo motivo da ocupação ser irregular.

7.2 Caracterização do conjuntos habitacionais Edelmina Querubim Marchetti e Primavera 2, em Porto Esperidião.

Conforme informações da Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, o conjunto habitacional Edelmina Querubim Marchetti, foi entregue aos beneficiários no ano de 2010, totalizando 100 (cem) unidades. Já o conjunto habitacional Primavera 2 possui 99 (noventa e nove) unidades, entregues no ano de 2012.

Quanto à localização dos conjuntos habitacionais Edelmina Querubim Marchetti e Primavera 2, em relação a distância do centro da cidade, pode-se visualizar na figura 6, ambos estão próximo do centro da cidade, em média 800

metros, mesmo estando nas extremidades do perímetro urbano da cidade, considerando que o perímetro urbano é de tamanho pequeno.

Figura 6 – Localização dos Conjuntos habitacionais Edelmina Querubim Marchetti e Primavera 2, em Porto Esperidião-MT



Fonte: Adaptado do Google Earth, 2017

A figura 7, fotos A e B, demonstram que os conjuntos habitacionais não possui infraestrutura, tais como: asfalto e rede de esgoto. Na ausência da rede de esgoto os moradores utilizam-se fossa séptica, para o depósito do esgoto, ou direcionam as águas de lavagem de roupas, utensílios domésticos através de canos em direção à rua (foto B).

Figura 7 – Rua dos conjuntos habitacionais Edelmina Querubim Marchetti e Primavera 2 em Porto Esperidião



Foto A: Edelmina Querubim Marchetti

Foto B: Primavera 2

Fonte: Salvaterra (2017).

A Unidade de Saúde, Figura 8 (foto A) foi entregue à população no ano de 2017, e está localizado ao lado do conjunto habitacional Edelmina Querubim Marchetti, facilitando o acesso aos moradores do bairro, mesmo existindo outra unidade de saúde no centro da cidade, que abrange seu atendimento as demais população da cidade e circunvizinhança.

Na figura 8 (foto B) a creche inacabada também fica ao lado do conjunto, e no dia da visita a campo os moradores relataram que ainda não está pronta para uso, estando há sete anos que está nessa situação e o Governo Municipal não tem dado nenhuma justificativa quanto a entrega. Na opinião dos moradores do bairro se a creche estivesse em funcionamento seria muito bom para a população.

Figura 8 – Unidade de Saúde e creche inacabada nas proximidades do conjunto habitacional Edelmina Querubim Marchetti.



Fonte: Salvaterra (2017).

Em relação ao comércio e serviços (mercado, padaria, agência bancária, farmácia entre outros), os moradores dos conjuntos vão até o centro da cidade, local onde concentram sua maioria. E, em caso de necessidades maiores, onde o comércio local ou especialidades em saúde não atendem, eles deslocam até as cidades vizinhas, como: Glória D'Oeste, Pontes e Lacerda, São José dos Quatro Marcos, Mirassol D'Oeste, Cáceres, entre outros municípios e Estados. Pois a cidade ainda não oferece o comércio e serviços para o atendimento da demanda necessitada.

Ao lado da Unidade Saúde (Figura 8, foto A), foi construída e entregue no ano de 2017 a academia pública (figura 8) aos moradores daquela localidade. Em conversa com alguns moradores, esses relataram que fazem uso da academia para prática de atividades físicas, tendo em vista que está próximo onde moram e disseram

que com isso o bairro está melhorando aos poucos, mas ainda precisa muito para melhorar. Pois a existência dessa academia só existia no centro da cidade.

Figura 9 – Academia pública nas proximidade do conjunto habitacional Edelmina Querubim Marchetti



Fonte: Salvaterra (2017).

Já ao contrário, no Conjunto Habitacional Primavera 2 inexistem em sua proximidade esses equipamentos públicos, para o atendimento dos moradores do conjunto. Quando necessitam, recorrerem em outro local da cidade.

7.3 Caracterização das unidades habitacionais na modalidade pulverizada em Lambari D'Oeste

Na cidade de Lambari D'Oeste, as casas construídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, foram na modalidade pulverizada, ou seja, o beneficiário já tinha o terreno e o Programa fez a construção nesse local. Essa nova modalidade vem com o nome de Programa Minha Casa Minha Vida Entidade, pois é através de entidades sem fins lucrativos que o beneficiário pode participar do Programa. Essa entidade terá que estar cadastrada junto ao Ministério da Cidade. (MANUAL MINHA CASA MINHA VIDA). No primeiro momento através de contato com a Ouvidoria da Prefeitura, informaram que existiam 40 unidades do Programa Minha Casa Minha Vida, em forma de conjuntos habitacionais.

Já na visita a campo e através da Secretaria de Ação Social, em 2014 foram entregues 40 unidades na modalidade pulverizadas e não na forma de conjunto.

7.4 Resultado das entrevistas realizadas junto aos moradores dos conjuntos habitacionais em análise

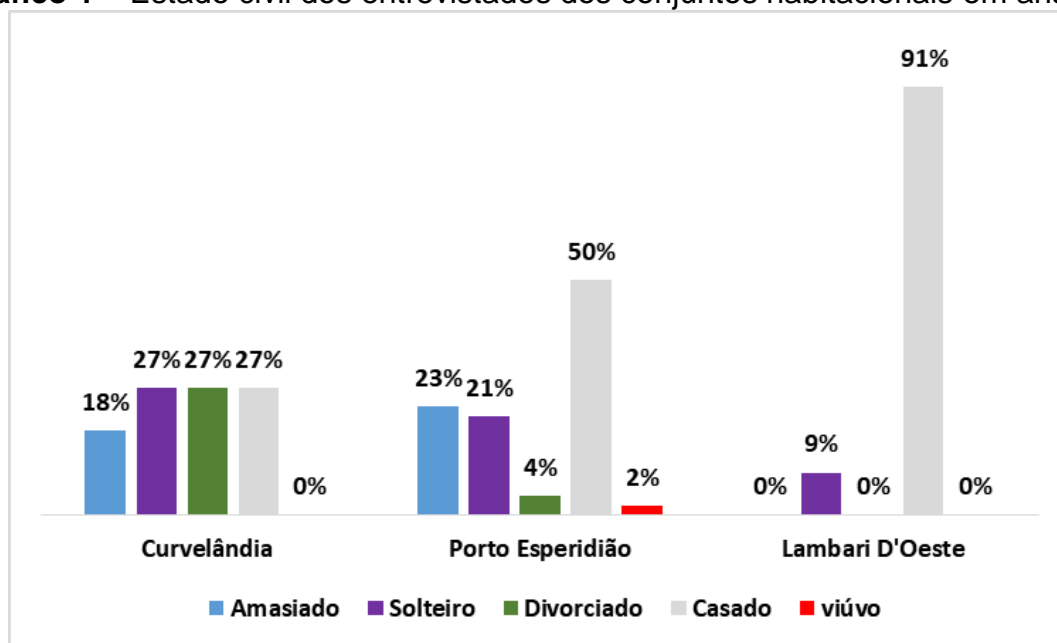
Os dados obtidos através das entrevistas foram um dos balizamentos norteadores para a pesquisa, pois apresenta diversos perfis, na qual elenca os possíveis problemas de uma sociedade que se submetem as falsas políticas de melhoria social. Neste sentido, esta pesquisa busca compreender as políticas públicas voltadas para o setor habitacional, e suas consequências, que atualmente vem enfrentando diversos problemas para reduzir o déficit habitacional do país.

No entanto, ao analisar o estado civil dos entrevistados, o Gráfico 01 apresenta, casado, como destaque em Porto Esperidião e Lambari D'Oeste, já em Curvelândia vem acompanhado de igual valor para casado, divorciado e solteiro, onde esses fazem parte de um grupo familiar, que o PMCMV considera requisitos para o enquadramento como beneficiário. Diante desse perfil, considera-se que o entrevistado em sua maioria, já constituiu uma família com ação conjugal oficialmente registrada, sendo assim, pressupõe que desta forma tem-se acesso com mais facilidade ao programa de habitação. Mas por outro lado o mesmo gráfico, nos traz pessoas com estado civil, solteiro, nos três locais analisado, considerando assim que esses entrevistados não oficialmente casados, e no mesmo sentido para o estado civil -amasiado, que fazem parte de uma família constituída, que é comum atualmente. Já para o menor índice do estado civil, viúvo, apresentado e em um único conjunto analisado, no caso de Porto Esperidião, essa já constituiu famílias e vive seu o seu cônjuge, sendo assim tem prioridade no processo de seleção dos beneficiários.

O Art. 1º da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, no inciso I, esclarece que:

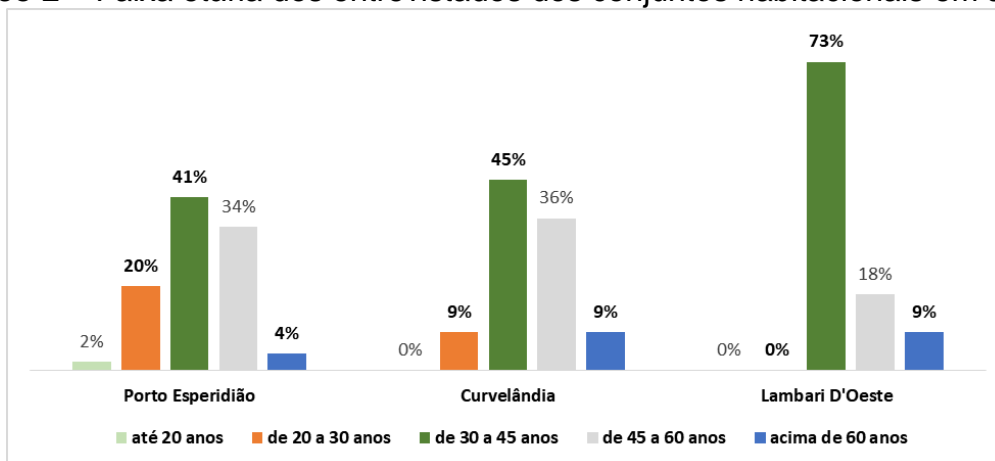
I - grupo familiar: unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos que contribuem para o seu rendimento ou têm suas despesas por ela atendidas e abrange todas as espécies reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, incluindo-se nestas a família ¹unipessoal;

¹ Conforme Carvalho (2011, p. 65) "[...] todos têm um direito inerente a fazer parte de uma família, variando os modelos familiares em que se inserem. Se não se relaciona com um grupo para a formação de uma família, não perde a pessoa este direito, podendo constituir uma família unipessoal, sendo que esta é composta daquela única pessoa que, sozinha, representa a memória de uma família, sem para isso se associar com outros indivíduos."

Gráfico 1 – Estado civil dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise.

Fonte: Salvaterra (2017).

Já o gráfico 2, em relação a faixa etária, a que mais se destaca é a idade entre 30 a 45 anos, nas três cidades pesquisadas, sendo que com maior valor em Lambari D'Oeste. Seguido da faixa etária de 45 a 60 anos. Pressupõe-se que essas faixas etárias em destaque já constituíram famílias e necessitam de uma moradia. Em comparação com o gráfico 1, onde o estado civil solteiro tem representatividade em Curvelândia e Porto Esperidião, a faixa etária até 20 anos no gráfico 2, surge com menor valor em Porto Esperidião, considera-se assim que esses entrevistados são do mesmo perfil, solteiro de até 20 anos, e não são casados legalmente. Quanto aos entrevistados acima de 60 anos, esse representam a segunda menor parcela, são pessoas que já estão aposentadas e fazem parte de prioridade para a seleção do programa habitacional.

Gráfico 2 – Faixa etária dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise.

Fonte: Salvaterra (2017).

Diante das entrevistas realizadas juntos aos moradores dos conjuntos habitacionais e modalidade pulverizada, o gráfico 03 demonstra que as ocupações do lar e serviços gerais, nos municípios de Porto Esperidião, Curvelândia e Lambari D'Oeste, aparecem em maior número. A ocupação do lar é aquela pessoa que trabalha em sua própria casa, com afazeres de artesanato, corte costura, bolos, doces, crochê entre outros da necessidade da família e a ocupação de serviços gerais, trabalha em qualquer serviço que lhe são oferecidos, principalmente o serviço braçal, tais, como: capinação, auxiliar de pedreiro, entre outros afazeres. Já a ocupação doméstica aparece com mais destaque no município de Porto Esperidião, são pessoas que trabalham com afazeres em outra residência, com o serviço doméstico.

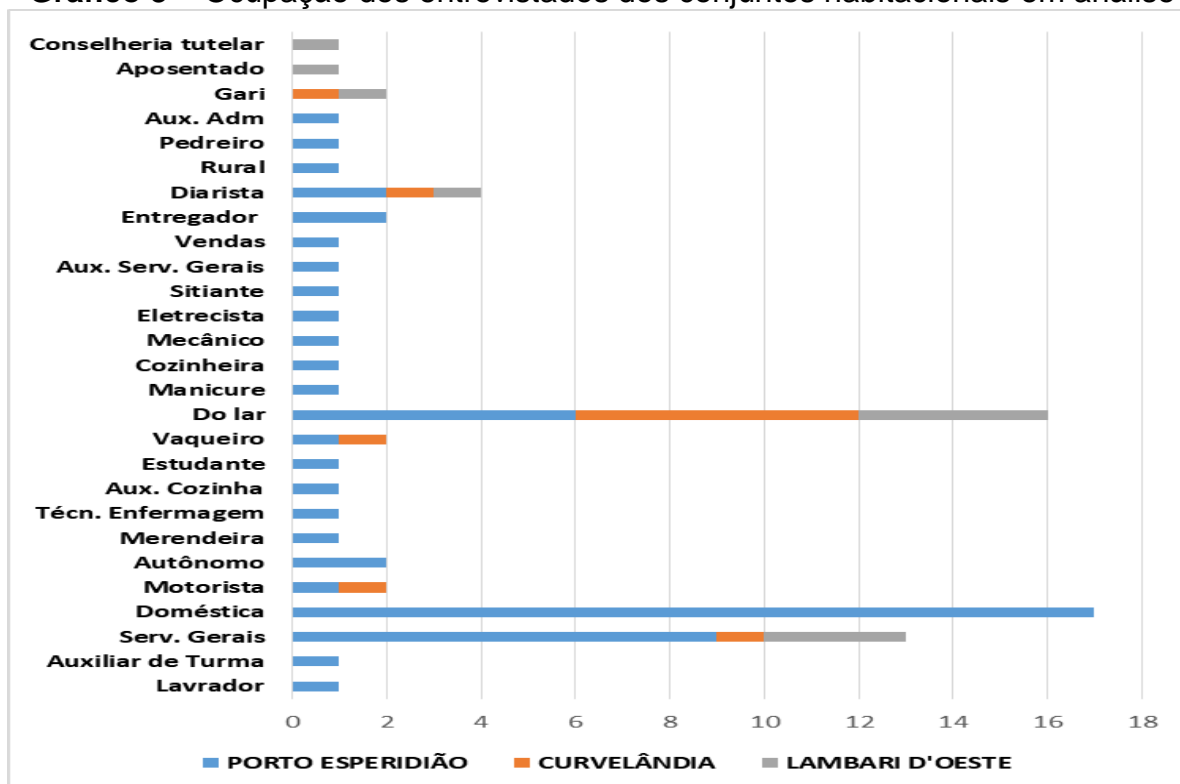
Quanto a faixa de renda dos entrevistados, até 1 salário mínimo aparece como destaques nas 3 cidades pesquisadas, e diante desses resultados pressupõe que no ano da seleção para aderir ao programa, esses entrevistados estavam de acordo com o regulamento do Programa Minha Casa Minha Vida quanto a faixa renda familiar que é de até 3 salários mínimos, conforme estabelece o Art. 3º, § 6º e inciso III, da Lei nº 11.977, 2009. (BRASIL, 2009). ²Dias (2012), esclarece que a faixa de renda até 3 salários mínimo tem 90% do subsídio escalonado por recursos públicos. E levando em consideração as ocupações exercidas em 2017 pelo entrevistados e o rendimento mensal por domicílio com maior valor em 2010, Porto Esperidião apresentou (1.046

² O programa atende a famílias de até 10 salários mínimos de renda e possui subsídios escalonados, cobertos por recursos do FGTS e do Orçamento da União, e as famílias com renda de até 3 salários mínimos têm subsídio de 90%. Esse percentual é escalonado até a faixa de 6 salários mínimos – acima disso não há subsídios diretos. (DIAS, 2012, p. 134-135).

domicílio) com rendimento mensal de mais de 1 a 2 salários mínimos, Curvelândia (545 domicílio) com rendimento mensal mais de 2 a 5 salários mínimos e para Lambari D'Oeste (632 domicílio) apresentou rendimento mensal de mais de 2 a 5 salários mínimos. (IBGE, 2010). Neste sentido, conforme resultado da entrevista em relação a renda familiar estão se enquadrando nos números apresentados.

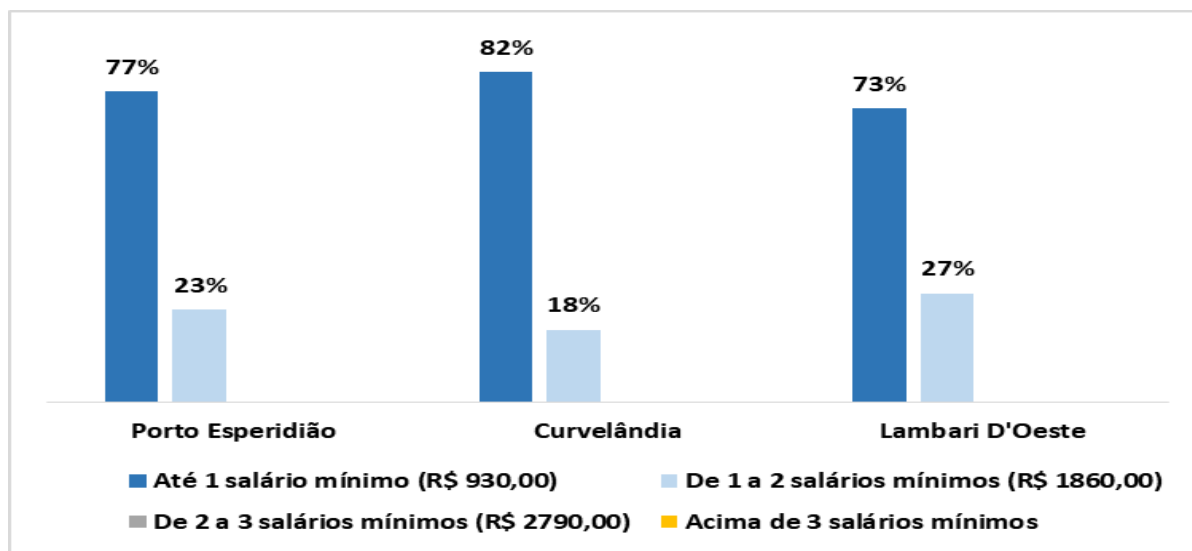
Já a comparação do gráfico 2 com o gráfico 3, esses se relacionam no sentido dos setores econômicos dos municípios analisados em sua maioria as ocupações estão voltadas para a agropecuária, tais como: rural, diarista, sitiante, vaqueiro e lavrador, mais especificamente o município de Porto Esperidião, onde sua população, 61,9% (6.828 hab.) residem na zona rural e 38,10% (4.203 hab.) na zona urbana, totalizando um população de 11.031 hab.

Gráfico 3 – Ocupação dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise



Fonte: Salvaterra (2017).

Gráfico 4 – Faixa de renda familiar dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise



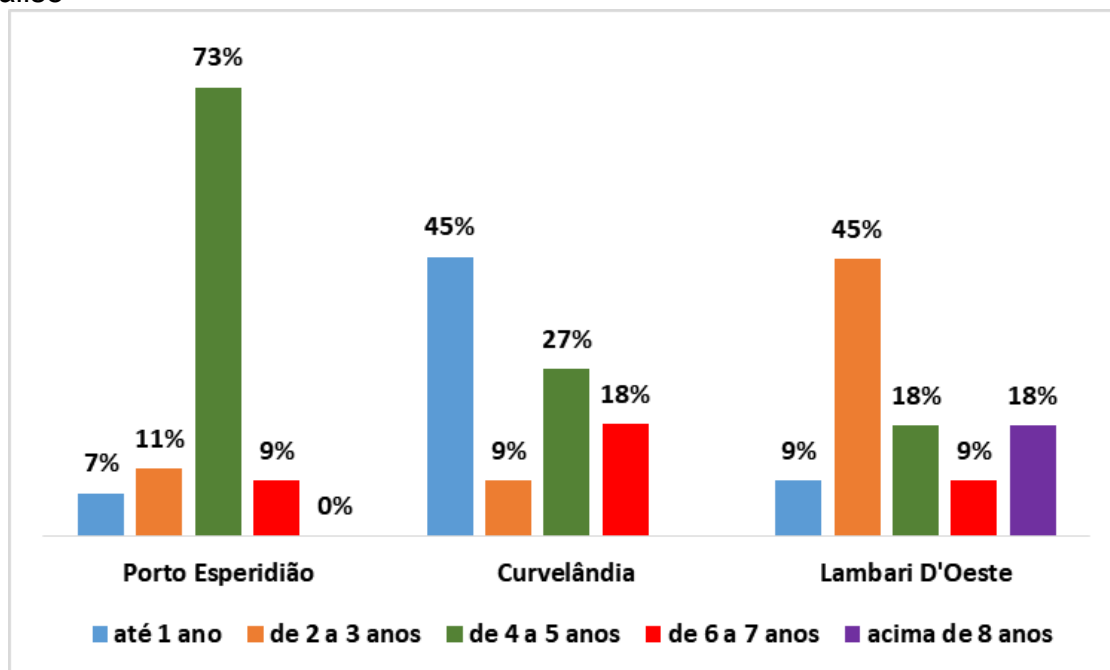
Fonte: Salvaterra (2017).

Quanto ao tempo de moradia dos entrevistados (Gráfico 5), em Porto Esperidião de 4 a 5 anos (73%) teve maior destaque, sendo que os conjuntos foram entregues no ano de 2010 e a entrevista ocorreu em 2017, neste sentido os moradores teriam que ter o mesmo tempo de existência que a dos conjuntos habitacionais que é de 7 anos.

Mesmo assim, ainda existem 9% dos moradores, cujo tempo de moradia é de 6 a 7 anos. Já para o menor valor de 7%, até um ano, são suposto moradores que estão alugando, cuidando do imóvel entre outros motivos pela qual os mesmo não falaram.

Em Curvelândia, o gráfico 5 apresenta como maior destaque o tempo de moradia até um ano (45%), seguido de 4 a 5 (27%), como já mencionado o conjunto habitacional Xandico de Barros, construído em 2010, que conforme relato dos moradores, esse ainda não foi entregue oficialmente. Podemos considerar que a partir do ano de construção do conjunto, existe uma minoria de moradores (18%) com o mesmo tempo de existência desse conjunto, que é de 7 anos.

Gráfico 5 – Tempo de moradia dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise



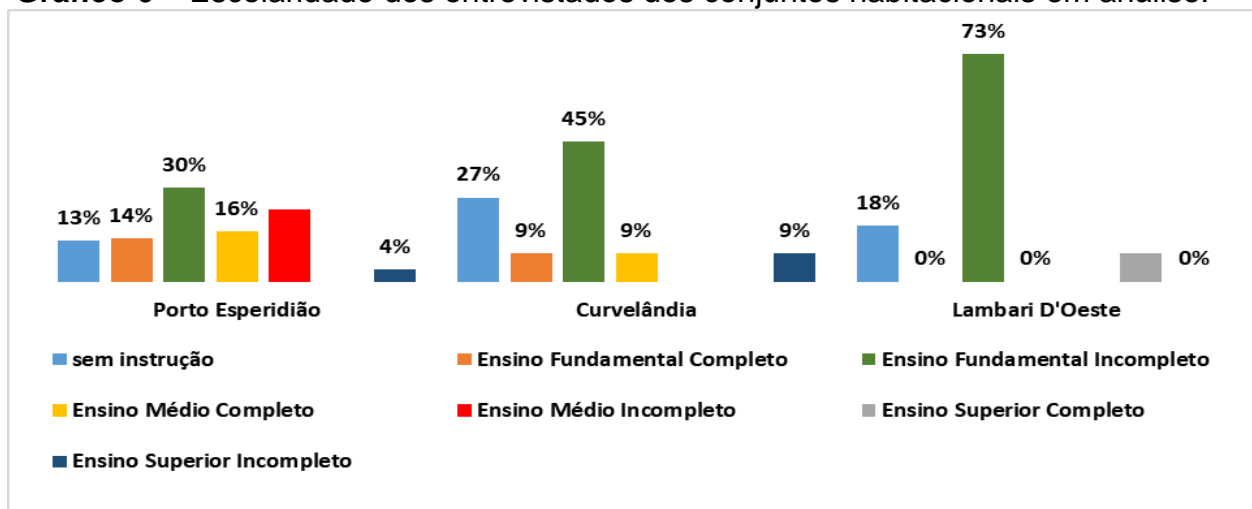
Fonte: Salvaterra (2017).

Já em Lambari D'Oeste, as unidades não são em conjuntos habitacionais e sim na modalidade pulverizada, unidade construída no terreno do beneficiário e essas serão construídas no ano de 2014, o gráfico 4 apresenta com maior valor de 2 a 3 anos (45%), considerando que esses moradores adquiriram um terreno para posterior construção. Já para até um ano (9%), e conforme relato dos moradores, esses moram de aluguel nessas unidades. Para o tempo de 4 a 5 anos (18%), de 6 a 7 anos (9%) e acima de 8 anos (18%), considerou o tempo de moradia já existente, anterior à construção da unidade, pois no terreno desses moradores já existia casa como, por exemplo, de madeira.

Para a escolaridade dos entrevistados, o gráfico 6 nos apresenta com maior índice o Ensino Fundamental incompleto, sendo em Porto Esperidião (30%), Curvelândia (45%) e Lambari D'Oeste (73%). Para alguns dos entrevistados, a não continuidade nos estudos consideram que não tem mais interesse, tempo, entre outros motivos para frequentar a escola, mesmo que nessas cidades as escolas oferecem a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA). Mesmo com o baixo índice de escolaridade em destaque, ainda existem entrevistados com ensino

superior incompleto, relatados por esses que se deslocam até outra cidade para fazer o curso superior, pois assim poderão melhorar os seus salários.

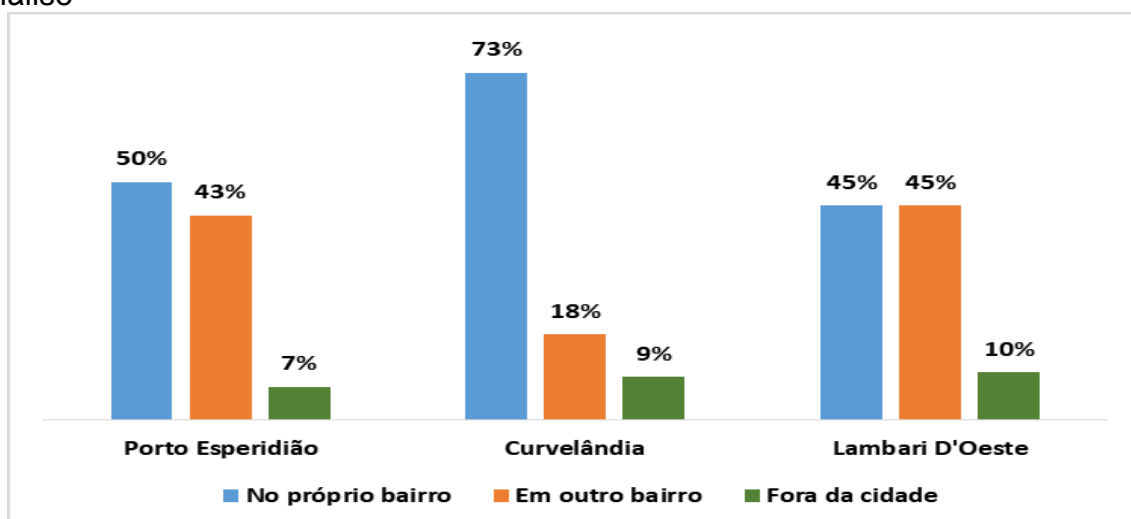
Gráfico 6 – Escolaridade dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise.



Fonte: Salvaterra (2017).

No que diz respeito ao local de trabalho dos entrevistados, o Gráfico 7 elenca com maior valor o próprio bairro, para as três cidades pesquisadas. Pressupõe-se para esse resultado umas das ocupações apresentada como destaque no Gráfico 3, do lar, pessoas que trabalha na própria casa, produzindo artesanato, corte e costura, doce, crochê, entre outros afazeres necessário para a família.

Gráfico 7 – Local de trabalho dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise



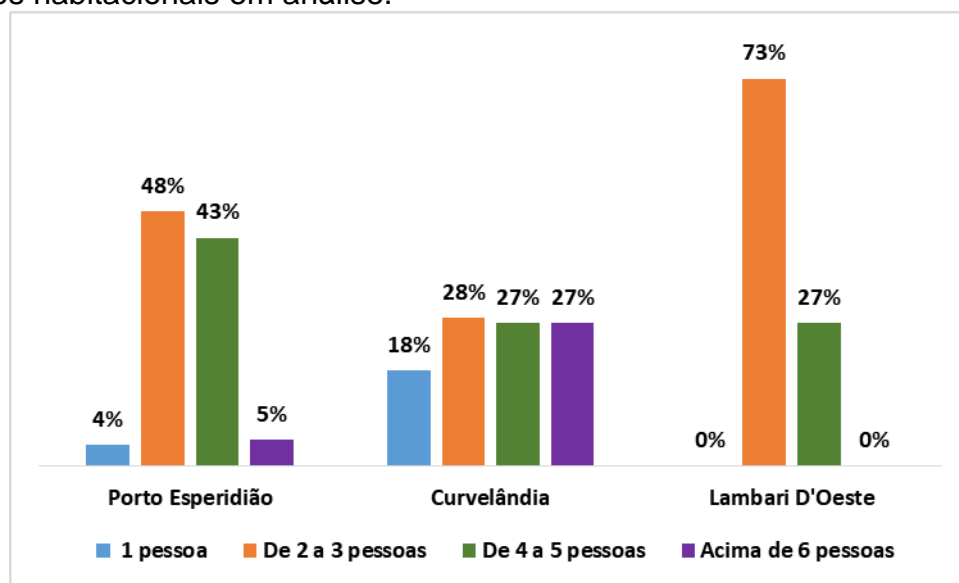
Fonte: Salvaterra (2017).

Conforme o Gráfico 8, o número de pessoas que moram na residência, aparece com destaque de 2 a 3 pessoas, em Porto Esperidião (48%), Curvelândia (28%) e

Lambari D'Oeste (73%). Já acima de 6 pessoas residentes, aparece em Porto Esperidião (5%) e Curvelândia (27%), acompanhado de igual valor de 4 a 5 pessoas. Considerando o tamanho da unidade habitacional conforme propõe a Caixa Econômica, que é de 32 m² não computado a área de serviço, onde contém 02 quartos, sala/cozinha (tipo americana), banheiro e área de serviço, e conforme pôde ser observado na visita a campo, é insuficiente para o número de pessoas residentes de 4 a 5 e acima de 6. Mas diante da situação, conforme relato de alguns entrevistados, para sair do aluguel ou morar de favor, estavam satisfeito com a moradia atual.

Para o resultado, 1 pessoal que moram na residência, em Porto Esperidião surgiu o menor valor para viúvo, essa pessoa mora sozinha na casa, e para Curvelândia pressupõe que são pessoas aposentadas que não constitui família

Gráfico 8 – Números de pessoas que moram na residência dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análise.

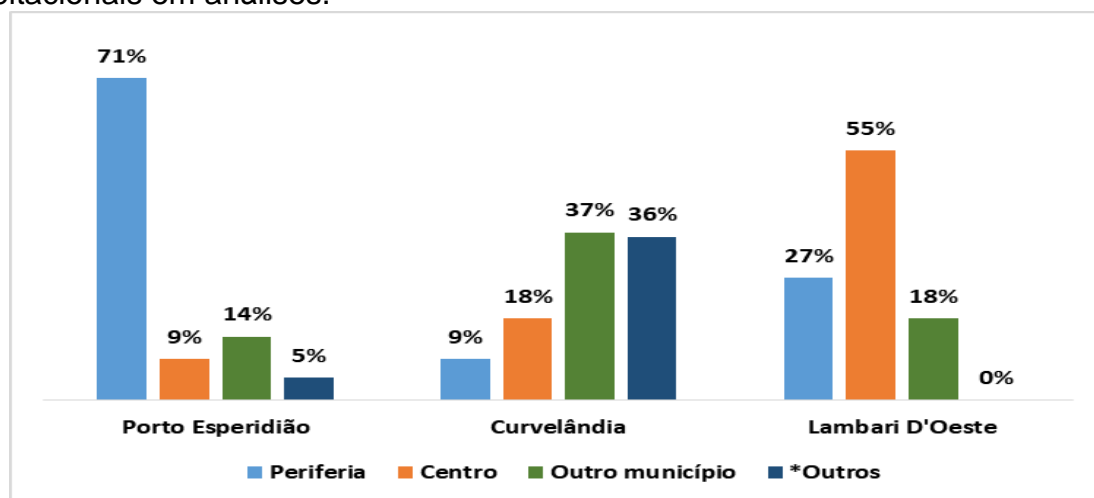


Fonte: Salvaterra (2017).

Conforme o gráfico 9, quanto ao local de moradia anterior ao atual dos entrevistados, em Porto Esperidião aparece como maior destaque a periferia (71%), Curvelândia, outro município (37%) e Lambari D'Oeste, Centro (55%). O questionário que foi formulado tem, na questão 8, as seguintes opções: periferia, centro e outro município. Porém no dia da entrevista junto aos moradores, surgiu a opções outros, onde engloba, moradia anterior, como: fazenda, sítio e assentamento rural. E diante

dos resultados essa opção aparece com grande valor em Curvelândia (36%), a esse resultado se dá pelo motivo das famílias trabalharem e residirem na zona rural, como sítio, fazenda e assentamento rural e um valor menor em Porto Esperidião (5%). Sendo assim, os resultados apresentados mostram que existem entrevistados que não moravam nos centros urbanos analisados, e conforme relatos de alguns, vieram em busca de moradia através de programa oferecidos pelo governo.

Gráfico 9 – Local de moradia anterior ao atual dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análises.

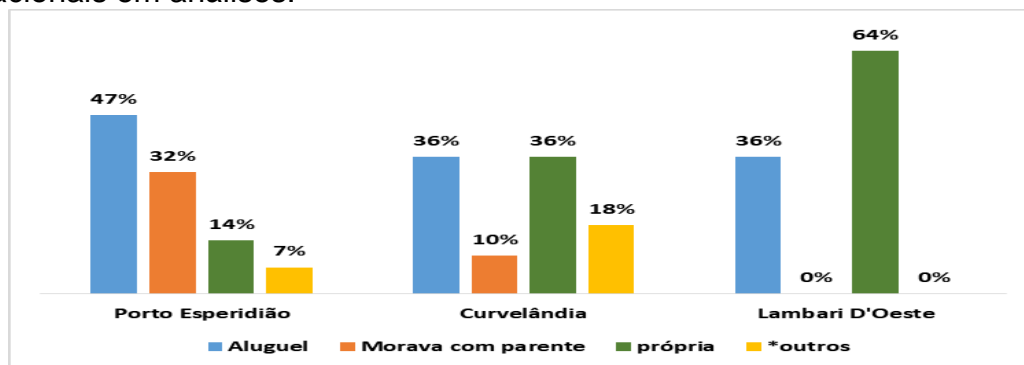


Fonte: Salvaterra (2017).

*Fazenda, sítio, assentamento rural.

Já o gráfico 10, apresenta o tipo de moradia anterior ao atual dos entrevistados. Para Porto Esperidião o tipo de moradia com maior destaque é de aluguel (47%), Curvelândia, os destaques aluguel e própria apresentam igual valor (36%) e Lambari D'Oeste, própria aparece com maior valor (64%), tendo em vista que nessa localidade de implantação do Programa, a modalidade é pulverizada, ou seja, unidade habitacional construída no terreno já existente pelo beneficiário, pois já existia uma casa construída, mas que considerava imprópria, como, por exemplo, feito de madeira. Quanto aos entrevistados que possuíam casa própria, não está de acordo com a normativa do PMCMV, Lei 11.977, de 7 de julho de 2009, no Art. 3º, inciso III, esclarece que uma das “prioridades de atendimento às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas.” (BRASIL, 2009)

Gráfico 10 – Tipo de moradia anterior ao atual dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análises.

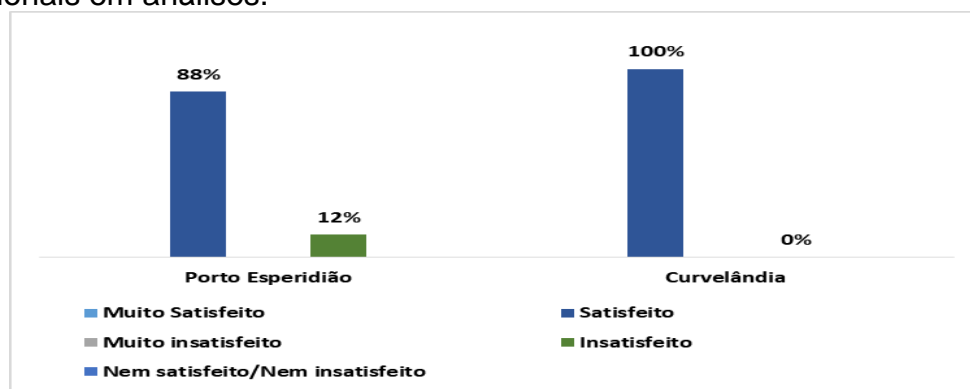


Fonte: Salvaterra (2017).

*Fazenda, sítio, assentamento rural.

Quanto à satisfação dos entrevistados em relação à localização, mais especificamente em Porto Esperidião que representou 88% e em Curvelândia foi de 100%, onde as unidades habitacionais foram implantados em forma de conjunto habitacional, o gráfico 11 traz como destaque, muito satisfeito pelos entrevistados, mas mesmo diante desta satisfação ainda existe 12% dos entrevistados em Porto Esperidião que estão insatisfeito, e conforme relataram, achariam que os referidos conjuntos poderiam ser construído em uma área mais bem localizada, pois os referidos conjuntos encontram-se nas bordas do perímetro urbano conforme mostra a Figura 6.

Gráfico 11 – Satisfação dos entrevistados quanto a localização dos conjuntos habitacionais em análises.



Fonte: Salvaterra (2017).

A Tabela 18, apresenta satisfação ou não quanto aos serviços públicos no conjuntos habitacionais analisados. Em Porto Esperidião, onde os serviços com maior destaque estão a coleta de lixo (85% satisfeito) e educação (98% satisfeito), mas diante dos resultados, a opção muito insatisfeito aparece nos serviços de segurança

pública e qualidade das ruas, ambos com resultados iguais (2%). Já em Curvelândia os serviços públicos com maior destaque estão para segurança pública (73% satisfeito), coleta de lixo (64% satisfeito), serviço da saúde (64% satisfeito) e serviço da educação (73% satisfeito), e diante dos resultados apresentados, dentre os entrevistados existem (91% insatisfeito) com as praças/áreas verdes e com a qualidade da água (73% insatisfeito). Neste sentido alguns serviços não estão de acordo com o que propõe no Regulamento do PMCMV, Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. (BRASIL, 2009). Como percebe-se na opção insatisfeito nas duas cidades onde existem os conjuntos habitacionais advindo PMCMV, pois sendo assim, nesses locais onde reside a sociedade mais humilde a questão da infraestrutura e serviços não aparecem, talvez, pelo fato do entendimento da gestão pública julgar como “casa doada”, “de graça”, ofertada pelo poder público. Pelo contrário, os recursos aplicados, mais especificamente na construção civil, como por exemplo, os conjuntos habitacionais, são oriundas do setor público, na qual dos os cidadãos contribui.

Brasil (2009), esclarece sobre infraestrutura básica nos conjuntos habitacionais:

III - infraestrutura básica que inclua vias de acesso, iluminação pública e solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais e permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica; e IV - a existência ou compromisso do poder público local de instalação ou de ampliação dos equipamentos e serviços relacionados a educação, saúde, lazer e transporte público. (BRASIL, 2009)

A satisfação quanto ao acesso de transporte nos conjuntos analisados, o Gráfico 12 apresenta a opção bom como maior destaque, principalmente em Curvelândia onde 100% dos entrevistados responderam essa opção. Já em Porto Esperidião diante dos resultados apresentados, 5% dos entrevistados consideram o acesso de transporte ótimo. Apesar de as ruas dos conjuntos não terem asfalto. Brasil (2010) estabelece adequada infraestrutura nos conjuntos habitacionais:

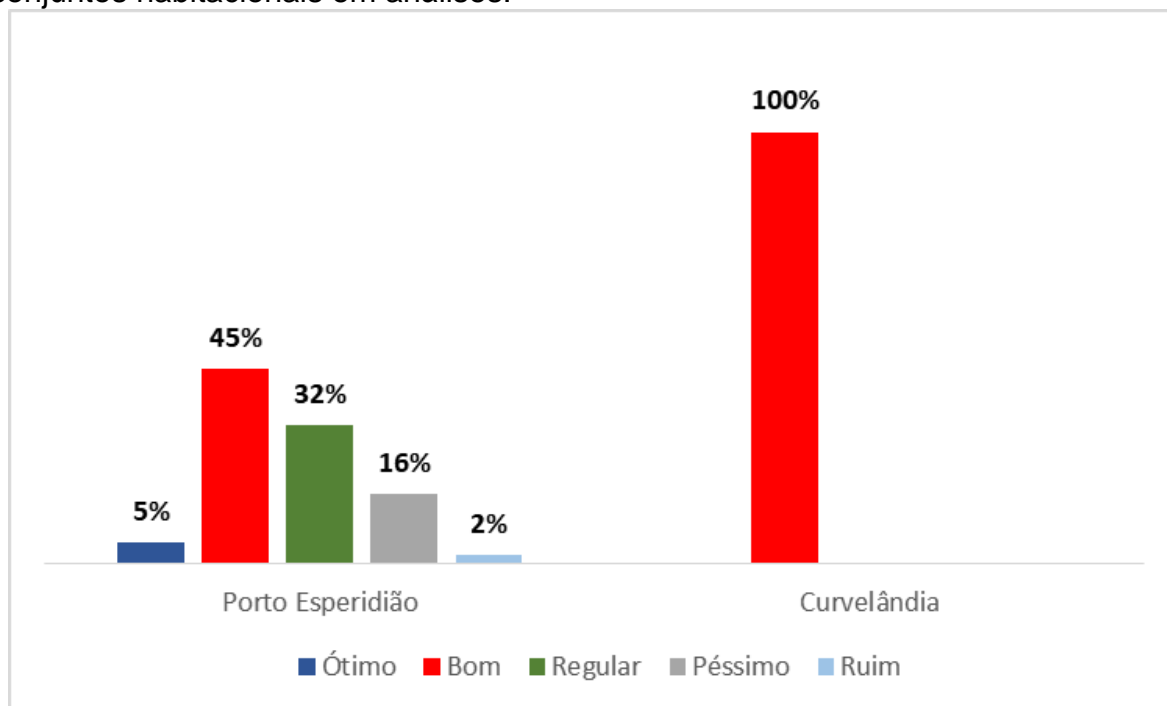
PMCMV pressupõe articulação com estados e municípios, aspecto fundamental para garantir a adequada implantação dos empreendimentos de interesse social, em termos de integração urbana, conexão com a malha viária existente, boas condições de acessibilidade e mobilidade, oferta de equipamentos, serviços e infraestrutura urbana. A inserção urbana adequada inclui ligação física e contiguidade com a malha viária existente, além de viabilizar abastecimento de água, coleta de esgoto, fornecimento de energia elétrica, coleta de lixo, boas condições de acessibilidade e mobilidade por meio de diferentes tipos de transporte público. Envolve, também, a proximidade com equipamentos básicos de educação, saúde, segurança pública e de lazer. (BRASIL, 2010, p. 57).

Tabela 18 – Satisfação dos entrevistados quanto aos serviços públicos nos conjuntos habitacionais em análises.

Serviços	Municípios	Muito Satisfeito	Satisfeito	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito/Nem insatisfeito
Segurança pública	Porto Esperidião	0%	57%	2%	41%	0%
	Curvelândia	0%	73%	0%	9%	18%
Qualidade das ruas	Porto Esperidião	0%	25%	2%	71%	2%
	Curvelândia	0%	46%	0%	45%	9%
Qualidades praças/áreas verdes	Porto Esperidião	0%	0%	0%	41%	59%
	Curvelândia	0%	0%	0%	91%	9%
Qualidade da coleta de lixo	Porto Esperidião	0%	85%	0%	13%	2%
	Curvelândia	0%	64%	0%	27%	9%
Qualidade serviço da saúde	Porto Esperidião	2%	80%	0%	18%	0%
	Curvelândia	0%	64%	0%	27%	9%
Qualidade serviço da educação	Porto Esperidião	0%	98%	0%	0%	2%
	Curvelândia	0%	73%	0%	18%	9%
Qualidade da água	Porto Esperidião	0%	71%	0%	29%	0%
	Curvelândia	0%	18%	0%	73%	9%

Fonte: Salvaterra (2017).

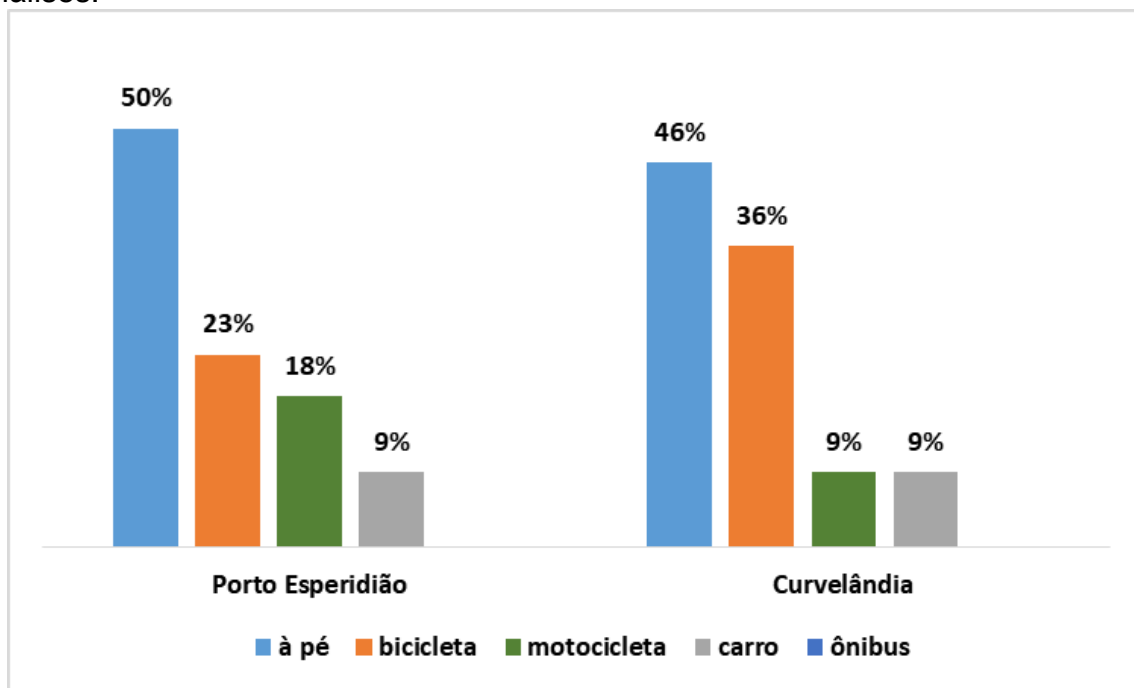
Gráfico 12 - Satisfação dos entrevistados quanto ao acesso de transporte nos conjuntos habitacionais em análises.



Fonte: Salvaterra (2017).

Os entrevistados dos conjuntos habitacionais, para o seu deslocamento fora de casa, o Gráfico 13, demonstra o meio à pé seguido da locomoção bicicleta, formas mais utilizadas, ambos aparecem como destaque de maior valor nas duas cidades analisadas onde existem os conjuntos habitacionais, sendo em Porto Esperidião (50% à pé e 23% bicicleta) e em Curvelândia (46% à pé e 36% bicicleta) dos entrevistados. Pressupõe que o reflexo nos resultados destacado vem conforme o apresentado no Gráfico 4 (renda familiar) onde aparece como maior destaque entrevistado com até um salário mínimo (R\$ 937,00), não sendo possível a aquisição de meio de transporte a não ser os expostos. Diante desses resultados ainda aparecem o meio de locomoção de alguns entrevistados como moto e carro, para as duas cidades pesquisadas. Para aquisição desses meios de locomoção, pressupõe-se que vem do resultado apresentado no gráfico 4 (renda familiar), onde o segundo valor aparece de 1 a 2 salário mínimo (R\$ 1.860,00). Já para o meio de locomoção de ônibus, nessas localidades não existem o meio de transporte coletivo.

Gráfico 13 - Meio de locomoção dos entrevistados dos conjuntos habitacionais em análises.



Fonte: Salvaterra (2017).

Para a realização das entrevistas junto aos moradores das casas pulverizadas utilizou-se de parte do questionário, da pergunta 1 a 9, considerando essas importantes para a análise da pesquisa, tendo em vista a elaboração do questionário ter sido feito anterior as informações obtidas oficialmente, se nos municípios existiam ou não conjunto habitacional advindo do Programa Minha Casa Minha Vida, pois em Lambari D'Oeste no primeiro momento a informação fornecida pela Prefeitura Municipal, era que existia um conjunto habitacional com 40 unidades, e no entanto no dia da visita a campo para aplicação do questionário essa informação estava divergente, pois as unidades existentes, conforme a Secretaria de Ação Social e em loco, era na modalidade pulverizada, ou seja, a construção habitacional ocorreu dentro do terreno existente do beneficiário.

Em conclusão, a pesquisa nos conjuntos habitacionais e nas unidades pulverizadas, através da visita a campo e aplicação do questionário, nos faz refletir o quanto as políticas públicas implantadas diverge em sua função, mais especificamente no setor habitacional, na qual reflete principalmente os beneficiários da tal política, na qual esta pesquisa teve seu foco.

Para o olhar dos necessitados por moradia, os idealizadores políticos estão promovendo benefícios gratuitamente, mas que ao ver de forma analítica científica, existem verba destinadas para esses benefícios que advém da própria população com a contribuição de seus impostos, sendo assim, a infraestrutura imposta poderia ser melhor ofertado, e que conforme analisados, essa, difere do objetivo principal do programa, que é oferecer moradia a população de baixa renda

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou que na cidade de Porto Esperidião, conforme conversa informal com pessoas da prefeitura através da Secretaria de Ação Social, existem dois Conjuntos Habitacionais advindo do Programa Minha Casa Minha Vida, sendo eles: Conjunto Habitacional Edelmina Querubim Marchetti, com 100 unidades habitacionais e Conjunto Habitacional Primavera 2, com 99 unidades habitacionais. Sendo o primeiro entregue no ano de 2010 e o segundo no ano de 2012. Conjuntos estes que não possuem a infraestrutura de asfalto e esgoto, conforme propõe o regulamento do PMCMV.

Na cidade de Curvelândia, através de informações da Prefeitura local, da Secretaria de Ação Social e Conselho Municipal de Habitação existe um conjunto habitacional com 50 unidades habitacionais, e que conforme os atuais moradores as casas ainda não foram entregues, todavia o referido conjunto não possui a infraestrutura necessária para uma moradia digna, como (água, esgoto, asfalto, energia elétrica, entre outros), e que na visita a esse conjunto para aplicação de questionário, foi detectado que só existe 27 (vinte e sete) unidades construídas e conforme já mencionada o total de unidades habitacionais seria de 50. Onde foi verificado a base (alicerce) das demais unidades faltantes estariam prontas, mas que uma máquina da Prefeitura tinha retirado, conforme Figura 4 (foto B).

Já na cidade de Lambari D'Oeste, conforme informação da Prefeitura, através da Ouvidoria existem 40 (quarenta) unidades habitacionais, mas que ao visitar a Secretaria de Ação Social para mais coleta de informações e em conversa com a representante da referida Secretaria, nos informou que as unidades habitacionais, não

seria um conjunto e sim casas pulverizadas, construída dentro do terreno que o beneficiário possuía.

Quanto o aspecto de localização, acessibilidade, serviços, comércio no espaço habitacional, verificou-se que inexistem, pois buscam suas necessidades de consumo, serviços entre outros, no centro da cidade.

Para os entrevistados dos conjuntos habitacionais pesquisados com relação a pertencimento da cidade foram bastante positivos em suas respostas em dizer que fazem parte da cidade, sendo uns por morar a muito tempo na cidade, e outros por possuírem amizade em toda a cidade, e pelo fato da cidade ser pequena onde praticamente todos se conhecem.

Apesar das condições dadas aos moradores dos conjuntos habitacionais, no que diz respeito a infraestrutura, localização, equipamentos públicos, etc., esses ainda estão satisfeitos com suas moradias, ou seja, a situação vivenciada e o direito à moradia ainda é o melhor.

Por fim, destaca-se que esta pesquisa não finda aqui, pois a questão da habitação com implantação de programas habitacionais pelos gestores públicos, pressupõe que o interesse é de aumentar o mercado habitacional e não a habitação de interesse social, sendo assim, não reduz o déficit habitacional do País, apenas coloca pessoas em moradia inadequadas, sem a qualidade de vida, tendo efeito na interação social na qual o Programa propõem em seu projeto. Como visto nos conjuntos pesquisados requer toda a infraestrutura básica, como: asfalto, esgoto, área lazer/verde, água, calçadas entre outros. Pois o que foi encontrado em visita a campo existe apenas a estrutura física da casa nos conjuntos habitacionais, mas mesmo assim as pessoas que ali residem sentem-se muito felizes.

Com os resultados obtidos na pesquisa, acredita-se que os principais assuntos elencados amplia para novos trabalhos acadêmicos, pensando principalmente na questão de moradia, na qual o ser humano necessita muito para uma vida digna para sua família, pois aquelas pessoas menos favorecidas dependem desses programas para ter acesso à moradia, na esperança de ter sua casa própria que tanto sonhou.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. F. G. de. **Desigualdades e políticas públicas no Brasil**. Dissertação (Curso de Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA, 2011.

AMORE, C. S. (Org). *Minha Casa...e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis Estados Brasileiros*. 1 ed. Rio de Janeiro. Letra Capital, 2015.

ASSOCIAÇÃO MATROGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS. Disponível em:<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/82964408/amm-mt-03-06-2014-pg-221> acesso em: 10 jan. 2018.

AULICINO, P. **Análise de Métodos de Avaliação de Sustentabilidade do Ambiente Construído**: o caso dos Conjuntos Habitacionais. Dissertação (Mestrado) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Construção Civil). 2008.

AZEVEDO, S.de. Vinte e dois anos de política habitacional (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, vol. 22, n. 4. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, out./dez. 1988, p. 107-120.

BARBOSA, A. M. **Questão da Habitação**: Territórios, poder e sujeitos sociais no Conjunto Vila Velha Fortaleza, CE.2009.Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza-CE, 2009.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo** ISSN 1984-5766 | N°1-2008. Disponível em:< http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf.> Acesso em 10 mar. 2017.

BRASIL. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida.2013.Disponível em:< <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/56561735/dou-secao-1-12-07-2013-pg-175>>Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **Lançamento da 3ª fase do Programa Minha Casa Minha Vida**.Disponível em<<http://www.brasil.gov.br/governo/2016/02/governo-lanca-3a-fase-do-minha-casa-minha-vida-em-marco>>Acesso em 5 nov. 2017.

_____. **Déficit habitacional no Brasil 2007**. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2009.

_____. **Plano Nacional de Habitação**. Secretaria Nacional de Habitação, Brasília 2009.

_____. **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Cadernos Mcidades Habitação, 1. Brasília 2004.

_____. **Política Nacional de Habitação.** Cadernos Mcidades Habitação, 4. Brasília 2004.

_____. **Política Nacional de Habitação.** Secretaria Nacional de Habitação. Avanços e Desafios – Brasília, 2010.

_____. **Portaria Ministerial nº 163.** Brasília, 2016. Disponível em:<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=12&ved=0ahUKEwiW19u9qfPXAhUJFZAKHcQGDBU4ChAWCC4wAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.agehab.gov.br%2Fhotsite%2Fdocumentos%2Flegislacao%2FPORTARIA_DO_MINISTERIO_DAS_CIDADES_N_163_DE_06_DE_MAIO_DE_2016.pdf&usg=AOvVaw23iTj1uUrdqvfo2f5-Atoa> Acesso em: 05 out. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº. 103, de 22 de abril de 1991.** Dispõe sobre autorização a instituição do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d103.htm>. Acesso em 02 dez. 2017.

_____. Presidência da República Casa Civil. **Lei Nr 12.424,2009.**Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em:[http://www. planalto.gov.br/ ccivil_03 /_ato2011-2014/2011/lei/l12424.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12424.htm).Acesso em 5 jan. 2018

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Agência Caixa de Notícias.** Disponível em:<[http://www. 20. caixa.gov.br/ Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=4550](http://www.20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=4550)> Acesso em: 4 nov. 2017.

_____. **Fundo de Desenvolvimento Social.** Disponível em:< [http://fundosdegoverno. caixa.gov.br/sicfg/fundos/FDS/detalhe/sobre/](http://fundosdegoverno.caixa.gov.br/sicfg/fundos/FDS/detalhe/sobre/)> Acesso em: 10 out. 17.

_____. **Manual Minha Casa Minha Vida.** Disponível em:<[https://www.caixa.gov.br/ Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf](https://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf)> Acesso em: 10 nov. 2017.

Cardoso, A.L. (org.) 2013. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais. 1.ed. Rio de Janeiro: Letra Capital

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano:** Novos escritos sobre a cidade.São Paulo. FFLCH, 2007a.

_____. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Labur Edições, 2007b.

CARVALHO, Carca Vasconelos. Família Unipessoal. **Revista Faculdade de Direito.** Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte-MG. n. 59, p. 57 a 78. jul/dez 2011.

CORRÊA, R. L. Espaço: Um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) Geografia: **Conceitos e Temas**. 2ª ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2000.

CURVELÂNDIA. Câmara Municipal de Curvelândia. **Histórico do município**. 2017. Disponível em: < <http://www.cmcurvelandia.com.br/a-cidade/informacoes-gerais/157/view/4>. Acesso em: 05 jun. 2017.

DIAS, E. C. **Do plano real ao Programa Minha Casa Minha Vida**. Negócios, votos e as reformas da habitação. Dissertação (apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

DUMONT, T. V. R. Uma Análise da Política Urbana e Habitacional no Brasil: A construção de uma ilusão. **Revista Áskesis**, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) v. 3, n. 1, p. 23-44 Jan-Ago/2014.

FARIAS, A. M. S. M. A habitação popular como política pública. SEMINÁRIO MATO-GROSSENSE DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 2. Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: EdUFMT, 2005, p. 29-37.

FERREIRA, F. A. S. (Org). **O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV): uma análise sobre sua literatura e produção imobiliária na Bahia**. In: **Anais do seminário da Faculdade de Arquitetura da UFBA**. A Produção da Cidade e a Captura do Pulco: que perspectiva? Salvador-BA, 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/IAP>> Acesso em: 12 dez. 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Déficit Habitacional no Brasil 2015: resultados preliminares**. Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte, 2017.

GIOMETTI, A. B. R. (Org). **Leitura do espaço geográfico através das categorias: lugar, paisagem e território**. Universidade Estadual Paulista. v. 9, 1ª ed. 2012

GOBBATO, F. G. Políticas Públicas Habitacionais e as Questões Culturais da População de Baixa Renda. In: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. UNANPU, ST6, 2015, **Anais Seções Temáticas**. Belo Horizonte. 2015.

HISSA, C. E. V. (Org). Recortes de lugar. **Revista do Departamento de Geografia**. Programa de Pós-graduação em Geografia IGC-UFMG, Curitiba-PR, Janeiro-junho vol. 2 nº 1, 2006.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Disponível em: https://www2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_zip.shtm Acesso em: 03 Out 2017.

_____.Cidades. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em. 03 out. 2017.

_____.Estatística Econômicas. **Produto Interno Bruto dos municípios**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?&t=downloads> Acesso em: 15 jan. 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota Técnica N. 5. Estimativa do Déficit Habitacional Brasileiro (PNAD 2007-2012).

JUNIOR, Orlando Moreira. Segregação Urbana em Cidades Pequenas: **Algumas Considerações**. Universidade Federal do Paraná. RAEGA, p. 133-142, v.20, 2010 Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/20617>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

LIMA, Márcia Azevedo. **A Influência da Dimensão, Configuração e Localização de Conjuntos Habitacionais na Interação Social**. Dissertação (Mestrado Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011.

MARICATO, E. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano**: políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA. 2006. p. 211-220. Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio2_ministerio12.pdf> Acesso em: 08 abr. 2017.

MARTINS, V. H. T. **Habitação, Infraestrutura e Serviços Públicos**: Conjuntos Habitacionais e suas Temporalidades em Londrina-PR..Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, 2007.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Planejamento. Regiões de Planejamento de Mato Grosso. Cuiabá-MT, 2017. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/-/4809749-perfil-das-regioes-de-planejamento>>. Acesso em: 02 set. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento. Perfil das Regiões De Planejamento. SEPLAN.Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/-/4809749-perfil-das-regioes-de-planejamento>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento. **Anuários Estatístico 2016**. SEPLAN.Disponível em: <http://www.dados.mt.gov.br/arquivos/data/public/724d74cca4.php#2>> Acesso em: 05 set. 2017.

MOREIRA, E. V. HESPANHOL, R. A. M. O lugar como construção social. **Revista Formação**, Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Presidente Prudente-SP- n. 14, v. 2, p. 48-60, 2007. Disponível em: < www2.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/6_moreira_e_hespanhol.pdf> Acesso em: 19 abr. 2017.

OLIVEIRA, César Augusto Wanderley. **Uso e Ocupação de Área de Preservação Permanente – APP: Legislação, Aspectos Socioeconômicos e Ambientais na Microbacia do Belmont no Município de Porto Velho/RO.**2013. Dissertação (Mestrado Programa de Pós Graduação Mestrado em Geografia) -Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho- RO, 2013.

OLIVEIRA, G. A. S. de. A política habitacional no Brasil desde a criação do sistema financeiro da habitação até o programa minha casa minha vida, em cidades médias: um estudo preliminar sobre Santa Cruz do Sul – RS. VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul-RS, set. 2015.

OLIVEN, Ruben George. A Urbanização e Mudança Social no Brasil, - Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013.** Brasília: PNUD Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>. Acesso em: 03 jul. 2017.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. Brasília: PNUD Brasil 2013. Disponível em < http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/porto-esperidiao_mt> Acesso em 03 ago. 2017.

PORTAL MATO GROSSO. Disponível em:<<http://www.portalmatogrosso.com.br/municipios/porto-esperidiao/dados-gerais/economia-de-porto-esperidiao/956>>. Acesso em: 03 jul. 17.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas cidades brasileira. 9ª ed.. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, K. O conceito de lugar: a aproximação da geografia com o indivíduo. A diversidade da Geografia Brasileira: In: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA AÇÃO. **Anais do XI ENANPEGE.** Presidente Prudente-SP. 2015. p. 536-547. Disponível em <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/17/473.pdf>> Acesso em 20 maio 2017.

ROLNIK, Raquel; NAKANO, Kazuo. As armadilhas do Pacote Habitacional in: LE MONDE, **Diplomatique Brasil.** 20 Ed., 05 de março de 2009. Disponível em:< <http://diplomatique.org.br/as-armadilhas-do-pacote-habitacional/>. Acesso em: 11 mar. 2018.

RUBIN, Graziela Rossalito. **Análise dos Programas Habitacionais em Santa Maria**: o caso do Conjunto Habitacional Tancredo Neves. 2013. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós- Graduação em Geografia e Geociências)- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Santa Maria, RS. 2013.

_____. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. *Ciência e Natura*, Santa Maria. **Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas** – Universidade Federal Santa Maria, Rio Grande do Sul, v. 36 n. 2 p. 201–213 mai-ago. 2014.

SALTO DO CÉU. Prefeitura Municipal de Salto do Céu. **Histórico da cidade, 2017**. <http://www.saltodoceu.mt.gov.br/informacoes/sobre-salto-do-ceu/historia/131/view/3>

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Hucitec. 2ª ed., 1989.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SASAKI, K. A contribuição da geografia humanística para a compreensão do conceito de identidade de lugar. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador- a. 13, n. 22, p. 112-120 dez 2010. Disponível em: <[http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article /viewFile/1524/1212](http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/1524/1212)>. Acesso em: 05 abr. 2017.

SILVA, Jadson Pessoa da. **Programa Minha Casa Minha Vida (2009-2010)**: Avanços e limites para a população de baixa renda em São Luis-MA. Dissertação (apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócioeconômico)-Universidade Federal do Maranhão. São Luis-MA, 2013.

SILVA, Tânia Paula da. Qualificação de dissertação de mestrado, 2017.

SPÓSITO, E. S. **A vida nas cidades**. 5. Ed., 2ª reimpressão, - São Paulo: Contexto, 2010

STANISKI, A. et al, D. O conceito de lugar e suas diferentes abordagens. **Revista Perspectiva Geográfica**. ISSN 1981 – 4801 UNIOESTE V.9, N.11 2014. Disponível em<[http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura /article/viewFile/6142/4414](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/viewFile/6142/4414). Acesso em: 30 maio 2017

STEVESON, W. J. **Estatística aplicada à Administração**. São Paulo: Harbra, 1981.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, Scripta Nova**, Universidad de Barcelona, nº 93, 15 de jul. de 2001.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. 1930. Tradução de Livia Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

ANEXO A

Questionário aplicado junto aos moradores dos conjuntos habitacionais analisados.

	GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO CAMPUS UNIVERSITÁRIO JANE VANINI PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA	
Questionário de Moradores		Data: ____/____/____
Cidade: _____		
Nome Conj. Hab.: _____		
Perfil do entrevistado:		
Nome: _____		
Ocupação: _____ Estado Civil: _____		
<p>1) Gênero: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino</p> <p>2) Faixa etária de idade: <input type="checkbox"/> até 20 anos <input type="checkbox"/> de 20 a 30 anos <input type="checkbox"/> de 30 a 45 anos <input type="checkbox"/> de 45 a 60 anos <input type="checkbox"/> acima de 60 anos</p> <p>3) Tempo de moradia: <input type="checkbox"/> até 1 ano <input type="checkbox"/> de 2 a 3 anos <input type="checkbox"/> de 4 a 5 anos <input type="checkbox"/> de 6 a 7 anos <input type="checkbox"/> acima de 8 anos</p> <p>4) Escolaridade <input type="checkbox"/> sem instrução <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental: <input type="checkbox"/> completo <input type="checkbox"/> incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Médio: <input type="checkbox"/> completo <input type="checkbox"/> incompleto <input type="checkbox"/> Ensino Superior: <input type="checkbox"/> completo <input type="checkbox"/> incompleto <input type="checkbox"/> Outros: _____</p> <p>5) Local de trabalho: <input type="checkbox"/> No próprio bairro <input type="checkbox"/> Em outro bairro <input type="checkbox"/> Fora da cidade</p>	<p>6) Números de pessoas que moram na residência: <input type="checkbox"/> até 1 pessoa <input type="checkbox"/> de 2 a 3 pessoas <input type="checkbox"/> de 4 a 5 pessoas <input type="checkbox"/> acima de 6 pessoas</p> <p>7) Faixa de renda familiar: <input type="checkbox"/> até 1 salário mínimo (R\$ 930,00) <input type="checkbox"/> de 1 a 2 salários mínimos (R\$ 1860,00) <input type="checkbox"/> de 2 a 3 salários mínimos (R\$ 2790,00) <input type="checkbox"/> acima de 3 salários mínimos</p> <p>8) Qual era o seu local de moradia, anterior a esse? <input type="checkbox"/> Periferia <input type="checkbox"/> Centro <input type="checkbox"/> Outro município <input type="checkbox"/> Outros: _____</p> <p>9) Qual era o tipo de moradia anterior: <input type="checkbox"/> aluguel <input type="checkbox"/> morava com parentes <input type="checkbox"/> própria <input type="checkbox"/> outros: _____</p>	

10) Quanto a localização do Conjunto Habitacional: () Muito Satisfeito () Satisfeito () Muito insatisfeito () Insatisfeito () Nem satisfeito/Nem insatisfeito					
11) Satisfação com o local onde mora em relação à:	Muito Satisfeito	Satisfeito	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito/Nem Insatisfeito
Segurança					
Qualidade das ruas					
Qualidade praças/áreas verdes					
Qualidade da coleta do lixo					
Qualidade serviço da saúde					
Qualidade serviço da educação					
Qualidade da água					
12) Satisfação com o local onde mora em relação à:	Muito Satisfeito	Satisfeito	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito/Nem Insatisfeito
Ligação entre o bairro e a cidade					
Satisfação em morar no bairro					
13) Quanto a acessibilidade de transporte no bairro: () Ótimo () Bom () Regular () Péssimo () Ruim					
14) Meio de locomoção () à pé () bicicleta () motocicleta () carro () ônibus () Outros: _____					